

Educação para as Relações Etnicorraciais



Equipe de pesquisa e produção de texto:

Luís Cláudio de Oliveira • Roseane Ramos Silva dos Santos • Janira Sodr  Miranda

Coordenação:
l da Leal de Souza

Direção Executiva da CNTE (Gestão 2014/2017)

Presidente

Roberto Franklin de Leão (SP)

Vice-Presidente

Milton Canuto de Almeida (AL)

Secretário de Finanças

Antonio de Lisboa Amancio Vale (DF)

Secretária Geral

Marta Vanelli (SC)

Secretária de Relações Internacionais

Fátima Aparecida da Silva (MS)

Secretário de Assuntos Educacionais

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

Secretário de Imprensa e Divulgação

Joel de Almeida Santos (SE)

Secretário de Política Sindical (licenciado)

Rui Oliveira (BA)

Secretário de Formação (licenciado)

Gilmar Soares Ferreira (MT)

Secretária de Organização

Marilda de Abreu Araújo (MG)

Secretário de Políticas Sociais

Antonio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Secretária de Relações de Gênero

Isis Tavares Neves (AM)

Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE)

Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Francisco de Assis Silva (RN)

Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

Secretária de Assuntos Municipais

Selene Barboza Michielin Rodrigues (RS)

Secretário de Direitos Humanos

José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP)

Secretário de Funcionários

Edmilson Ramos Camargos (DF)

Secretária de Combate ao Racismo

Iêda Leal de Souza (GO)

Secretária Executiva

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Secretário Executivo

Marco Antonio Soares (SP)

Secretário Executivo

Cleiton Gomes da Silva (SP)

Secretária Executiva

Maria Madalena Alexandre Alcântara (ES)

Secretária Executiva

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Secretário Executivo

Alvisio Jacó Ely (SC)

Secretária Executiva

Rosana Souza do Nascimento (AC)

Secretária Executiva

Candida Beatriz Rossetto (RS)

Secretário Executivo

José Valdivino de Moraes (PR)

Secretária Executiva

Lirani Maria Franco (PR)

Secretária Executiva

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

Secretário Executivo

Antonio Júlio Gomes Pinheiro (MA)

Coordenador do Despe

Mário Sérgio Ferreira de Souza (PR)

Suplentes

Beatriz da Silva Cerqueira (MG)

Carlos Lima Furtado (TO)

Elson Simões de Paiva (RJ)

João Alexandrino de Oliveira (PE)

Maria da Penha Araújo (João Pessoa/PB)

Marilene dos Santos Betros (BA)

Miguel Salustiano de Lima (RN)

Nelson Luis Gimenes Galvão (São Paulo/SP)

Rosilene Correa Lima (DF)

Ruth Oliveira Tavares Brochado (DF)

Suzane Barros Acosta (Rio Grande/RS)

Veroni Salete Del'Re (PR)

Conselho Fiscal - Titulares

José Teixeira da Silva (RN)

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Flávio Bezerra da Silva (RR)

Antonia Benedita Pereira Costa (MA)

Gilberto Cruz Araujo (PB)

Conselho Fiscal - Suplentes

Rosimar do Prado Carvalho (MG)

João Correia da Silva (PI)

João Marcos de Lima (SP)

Endereço CNTE

SDS Ed. Venâncio III, salas 101/106, Asa Sul, CEP 70393-900, Brasília-DF, Brasil.

Telefone: + 55 (61) 3225-1003 Fax: + 55 (61) 3225-2685 E-mail: cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

Entidades Filiadas à CNTE

SINTEAC/AC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre
SINTEAL/AL - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
SINTEAM/AM - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas
APLB/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
ASPROLF/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Lauro de Freitas
SIMMP/BA - Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista
SINDTEC/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Correntina
SISE/BA - Sindicato dos Servidores em Educação no Município de Campo Formoso
SISPEC/BA - Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Camaçari
APEOC/CE - Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará
SINDIUTE/CE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará
SAE/DF - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal
SINPRO/DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SINDIUPES/ES - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
SINTEGO/GO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
SINPROEEMMA/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão
SINTERPUM/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon
Sind-UTE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
FETEMS/MS - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
SINTEPP/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
SINTEM/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa
SINTEP/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
SIMPERE/PE - Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial de Recife
SINPC/PE - Sindicato dos Professores do Município do Cabo de Santo Agostinho
SINPMOL/PE - Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda
SINPROJA/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes
SINTEPE/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
SINPROSUL/PI - Sindicato dos Professores Municipais do Extremo Sul do Piauí
SINTE/PI - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí
APP/PR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
APMC/PR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Colombo
SISMMAC/PR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
SISMMAP/PR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Paranaguá
SISMMAR/PR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
SINTE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte
SINTERO/RO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
SINTER/RR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima
APMI/RS - Sindicato dos Professores da Rede Pública de Ijuí
CPERS/RS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação
SINPROCAN/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Canoas
SINPROSM/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria
SINTERG/RS - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande
SINTE/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina
SINDIPEMA/SE - Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju
SINTESE/SE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe
AFUSE/SP - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação
APEOESP/SP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
SINPEEM/SP - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
SINTET/TO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins

© 2016 CNTE

Qualquer parte deste caderno pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <<http://www.cnte.org.br>>

Secretário de Formação

Gilmar Soares Ferreira (licenciado)

Coordenação

Iêda Leal de Souza

Secretaria de Combate ao Racismo

Secretária Administrativa

Cristina Souza de Almeida

Equipe de pesquisa e produção de texto

Luís Cláudio de Oliveira, Roseane Ramos Silva dos Santos e Janira Sodrê Miranda

Projeto gráfico e editorial

Noel Fernández Martínez

Editoração

Frisson Comunicação

1ª Edição 2016

Esta publicação obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa.

Foi feito depósito legal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Oliveira, Luís Cláudio de.

Educação para as relações etnicorraciais / Luís Cláudio de Oliveira, Roseane Ramos Silva dos Santos, Janira Sodrê Miranda; coordenação de Iêda Leal de Souza. -- Brasília/DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2016.

68 p. — (Formação de dirigentes sindicais, Temas Transversais - Eixo 4, Fascículo 2).

1. Relações Raciais. 2. Discriminação Racial. 3. Racismo, Brasil. 4. Antirracismo. 5. Ações Afirmativas. I. Título. II. Série. III. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

CDU: 37.014.53(=96)

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817



Sumário

1. APRESENTAÇÃO	7
2. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORACIAIS: FORMAÇÃO PARA O QUE E PARA QUEM?	8
3. RESSIGNIFICAR É PRECISO: O COMEÇO DE UMA LONGA CONVERSA	9
4. MOVIMENTO NEGRO E ANTIRRACISMO: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO POLÍTICA	17
4.1 Marcos Políticos e Legais: avanços fundamentais da luta	18
4.1.1 Cumpra-se! Lei nº 10.639/2003 – Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira	22
4.1.2 O Estatuto da Igualdade Racial: uma questão de direitos	24
5. TRADIÇÃO AFRICANA E SEUS VALORES CIVILIZATÓRIOS: CONHECENDO E APRENDENDO A RESPEITAR	26
6. JUVENTUDE NEGRA: SOBREVIVÊNCIA, EDUCAÇÃO E FUTURO	34
7. NEGRAS MULHERES, TRAJETÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA: “NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”	38
8. SUGESTÕES DE PROJETOS A SEREM DESENVOLVIDOS	41
8.1 Dicas de livros, filmes, músicas e atividades	41
9. CONCLUSÃO	62





1. APRESENTAÇÃO

Por meio da Secretaria de Combate ao Racismo, entregamos a líderes sindicais e trabalhadores/as em educação mais um fascículo, o de número 2, Educação para as Relações Etnicorraciais, referente ao eixo 4, destinado à formação e capacitação em serviço desses sujeitos sociais da escola.

Este novo programa de formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE reflete o compromisso com uma prática política apoiada em um novo conceito de atuação sindical, que rompe com os dogmatismos instalados na origem e no traçado histórico deste movimento. Introduce, assim, outros temas que sempre estiveram presentes nas vivências políticas dos/as trabalhadores/as, embora tenham sido ofuscados até o contexto mais atual das grandes transformações processadas na relação entre o capital e o trabalho. Na base reflexiva dessa nova forma de atuação se encontram fenômenos sociais como a violência contra a mulher, o racismo e a discriminação racial contra o negro, a marginalização sociocultural dos povos indígenas, as novas demandas inerentes à preservação ambiental, o combate a homofobia, as especificidades da juventude brasileira, as afetações do sistema capitalista em relação aos idosos etc. Estes são todos grandes temas da contemporaneidade que precisam ser objetivados nos planos de lutas das classes trabalhadoras.

Particularmente, no que concerne à otimização das ações dos/as trabalhadores/as da educação para o combate e a eliminação do racismo, estruturalmente presente na formação curricular e nas práticas pedagógicas, o fascículo aqui apresentado se constitui em subsídio inovador. Num total de 68 páginas, o fascículo enseja temas considerados capitulares para uma discussão atualizada a partir dos principais pontos que tecem as preocupações do movimento negro no Brasil.

Nas primeiras páginas, fazemos uma abordagem conceitual elucidativa de termos usuais no diálogo do movimento negro especialmente com educadores e demais profissionais da educação, a começar pela caracterização histórica e política desse próprio movimento social. Enfatizamos as razões pelas quais o estudo de história e cultura da África e dos afro-brasileiros é essencial para desmontar a arquitetura ideológica do colonialismo na África e no conjunto dos países por onde foram distribuídos os povos negros, diaspORIZADOS e escravizados no Ocidente.

Em seguida, descrevemos os principais marcos do antirracismo no Brasil, procurando indicar valores civilizatórios da tradição africana cujo conhecimento pode conduzir a uma reinterpretção do que se tem chamado de “intolerância religiosa”. Trazemos reflexões amadurecidas sobre a ameaça ao futuro da juventude negra, enunciada nos dados estatísticos sobre mortes violentas praticadas contra a população de 15 a 29 anos, bem como sobre as singularidades das lutas históricas das mulheres negras contra o racismo combinado como o machismo e o sexismo.

Enfim, procuramos oferecer aos/às colegas e estudantes um material conceitualmente substantivo e repleto de sugestões de recursos pedagógicos. Mas oferecemos, sobretudo, nas próximas linhas, a nossa concepção de que instrumentos formativos produzidos a partir de nossa experiência amíúde na construção de processos de lutas dos/as trabalhadores/as fazem realmente sentido quando estimulam a sua crítica e complementação. Longe de um material acabado, pretendemos que este fascículo abra novos debates que, ao tempo em que o atualizam, também nos empoderam.

Iêda Leal de Souza
Secretária de Combate ao Racismo - CNTE

2. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS: FORMAÇÃO PARA O QUE E PARA QUEM?

Este fascículo foi elaborado pensando em você, que está no cotidiano escolar e observa que a escola, além de ser lugar de ensinar e aprender conteúdos formais, que são lidos nos livros e escritos no quadro, é um espaço onde se aprende a encontrar e a conviver com pessoas diferentes. São diferenças de raça, gênero, sexo e orientação sexual, religião, hábitos, costumes, tradições culturais e familiares que também são muito importantes na construção do currículo escolar, mesmo que na maior parte das vezes esses outros conteúdos não formais pareçam invisíveis.

O currículo escolar contém as disciplinas e os seus conteúdos mínimos a serem vistos em sala de aula em cada etapa escolar do/a estudante. Além disso, é o resultado prático de tudo o que se faz na escola com a finalidade de formar a mentalidade dos/as estudantes. Isto quer dizer que tudo o que eles e elas experimentam desde o início da vida escolar, dentro e fora da sala de aula, vai pouco a pouco se solidificando como conhecimento a orientar a vida em todos os sentidos.

A escola, por meio do currículo adotado, alfabetiza e ensina tanto os saberes convencionados quanto fundamentais para o futuro desenvolvimento profissional, como também ensina os valores que serão assimilados como referência para as futuras escolhas dos/as estudantes na sua vida adulta. Assim, a função social da educação formal a cargo da escola é dar a forma e o acabamento final ao indivíduo que nela se instrui, criticando (ora reforçando, ora negando) os valores trazidos com ele, que foram apreendidos na sua tradição familiar e em outros espaços de sua convivência.

Nosso objetivo é atuar nessa mentalidade em construção, incluindo ensinamentos sobre como adotar uma postura

antirracista, compreendendo que o combate ao racismo e à discriminação racial existentes na sociedade brasileira não é tarefa apenas dos negros/as, mas de todos os que acreditam na dignidade humana.

Vamos então conversar sobre alguns assuntos cuja reflexão certamente ajudará a nossa ação na escola.

Conversaremos sobre as práticas de homens negros e mulheres negras que, individualmente ou em grupos, sempre reagiram no passado (e continuam a reagir no presente) às tentativas da mentalidade colonialista de lhes impor, pela força, uma vida completamente estranha a que tinham em seus lares no continente africano. Chamaremos a essas práticas de *antirracismo*¹, e mostraremos que elas têm continuidade nos dias atuais.

Refletiremos sobre o que motiva certas pessoas a desrespeitar, e até mesmo a agredir, praticantes de cultos afro-brasileiros, muitas vezes no espaço escolar.

Um outro assunto ao qual dedicaremos a nossa atenção é a situação de risco de vida a que estão submetidos os jovens negros, no Brasil, principais vítimas das mortes violentas praticadas contra os nossos jovens.

1 Destacaremos que existem diferentes maneiras de praticar o antirracismo, que vão além de denunciar o racismo, crime considerado hediondo no Brasil, sem direito a fiança. Outros tipos de antirracismo são as ações do movimento negro que buscam levar à sociedade o conhecimento sobre a história de lutas dos homens e mulheres negros pela liberdade, durante a escravidão, e pelo reconhecimento das suas singularidades culturais e civilizatórias. Também representam outro tipo de antirracismo as iniciativas dos governos, sob a pressão do movimento negro, de fazerem valer leis que foram criadas para garantir direitos iguais para homens negros e mulheres negras na educação, na saúde, na segurança, no desenvolvimento cultural e no mercado de trabalho.



Ainda, falaremos das lutas de ontem e de hoje das negras mulheres pelo reconhecimento das suas especificidades.

Ao final da conversa, apresentaremos sugestões de recursos pedagógicos para auxiliar a nossa intervenção, lembrando que a escola age em rede com a família e suas tradições, os meios de comunicação, as comunidades e outros lugares de convivência e socialização.

Todas as temáticas que serão aprofundadas a seguir compõem a base da nossa conversa.

3. RESSIGNIFICAR É PRECISO: O COMEÇO DE UMA LONGA CONVERSA

Quando falamos em movimento negro nos referimos a coletivos de pessoas que se sentem comprometidos e se organizam, nas várias partes do mundo onde se deu a diáspora africana: nas Américas, na Ásia, na Europa, na Oceania e na própria África (na diáspora interna), para lutar e criar uma nova situação de poder em que os/as negros/as sejam reconhecidos/as e respeitados/as como portadores de uma tradição própria, com seus próprios valores civilizatórios, herdados dos seus antepassados. E que sejam incluídos não somente na base produtiva dessas sociedades, mas também na condição de dirigentes do desenvolvimento social, político, econômico e cultural em seus países.

No Brasil, para alcançar essa outra situação de poder, o movimento negro vem produzindo lutas antirracistas desde muito antes da abolição da escravatura, que quase nunca são estudadas na escola. E mesmo quando são abordadas no currículo escolar, como é o caso das revoltas dos quilombos em praticamente todo o território nacional, da Revolta dos Malês, no atual estado da Bahia, ou da Revolta da Chibata, promovida pelos marujos da Armada, na antiga província do Rio de Janeiro, em geral isso é feito sem a devida importância para que o/a estudante possa reconhecer a dimensão da presença do negro africano e do afro-brasileiro na história do Brasil.

Muito dessa falta de interesse em conhecer o negro e suas particularidades na história nacional tem a ver com o desconhecimento sobre as suas origens na África. Mesmo quando se estuda a história do Egito faraônico (do tempo dos faraós), civilização que se desenvolveu ao norte da África a partir do ano 3.000 a.C, ainda assim pouco ou nada se menciona sobre outras civilizações africanas da antiguidade, como os reinos de Cush e Axum, com apogeu entre 700 e 100 a.C. No período posterior à Era Cristã, os Estados Imperiais do Gana, Mali, Songai, Kanen-Bornu, Yorubá e outros que vigoraram entre os anos 700 e 1200 d.C, são igualmente ignorados.

DIÁSPORA AFRICANA SIGNIFICA A LONGA DISPERSÃO DE DIFERENTES POVOS DO CONTINENTE AFRICANO, ARRANCADOS DOS SEUS LARES E SUBMETIDOS PELA IMPOSIÇÃO DO COLONIALISMO AO TRABALHO FORÇADO EM VÁRIAS PARTES DO MUNDO.

EM 13 DE MAIO DE 1888, A PRINCESA ISABEL ASSINAVA A LEI ÁUREA. UMA DATA PARA COMEMORAR? MAS O QUE SUCEDEU AO DIA 14 DE MAIO? EM QUAIS CONDIÇÕES PASSOU A VIVER A POPULAÇÃO ATÉ ENTÃO ESCRAVIZADA, QUE FOI “LIBERTADA”? ORA, SEM ACESSO À TERRA, AO MERCADO DE TRABALHO E À EDUCAÇÃO FORMAL, RESTOU A VIDA ERRANTE NAS ÁREAS RURAIS E O ABANDONO NAS FAVELAS, NOS CENTROS URBANOS. DESDE O INÍCIO DOS ANOS 1980, O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO RESSIGNIFICOU A DATA, PASSANDO A CONSIDERAR O 13 DE MAIO COMO DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA O RACISMO. A “ABOLIÇÃO” LEGAL DA ESCRAVIDÃO NUNCA GARANTIU AS CONDIÇÕES DE IGUALDADE DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE PARA A POPULAÇÃO NEGRA DESTE PAÍS.

Em geral, identificamos a África como um país populoso e miserável. Ignoramos que se trata de um continente rico em diversidades do ponto de vista geográfico, que inclui, portanto, diferenças climáticas e populacionais, e do ponto de vista cultural, que abriga mais de 1 milhão de habitantes distribuídos em 54 países e nove territórios.

Um dos avanços da luta antirracista empreendida pelo movimento negro no Brasil é a conquista da Lei nº 10.639/2003 que introduziu, na Lei nº 9.394/1996 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. A aplicação da lei tem requerido que professores/as se qualifiquem para transformar o currículo escolar em um meio de produzir conhecimento com os/as estudantes sobre a história dos povos africanos e das várias culturas que se desenvolvem há milênios na África e também no Brasil.

AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA, NOS TERMOS DO PARECER CNE/CP 3/2004 E DA RESPECTIVA RESOLUÇÃO CNE/CP1/2004, ESTABELECEM A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS COMO UM NÚCLEO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS, DEVENDO ESTE NÚCLEO, ASSIM COMO OS DEMAIS, SOFRER AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO. É IMPORTANTE MENCIONAR A LEI Nº 11.645/2004, QUE REPRESENTA UM DOS MARCOS LEGAIS DA LUTA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS.

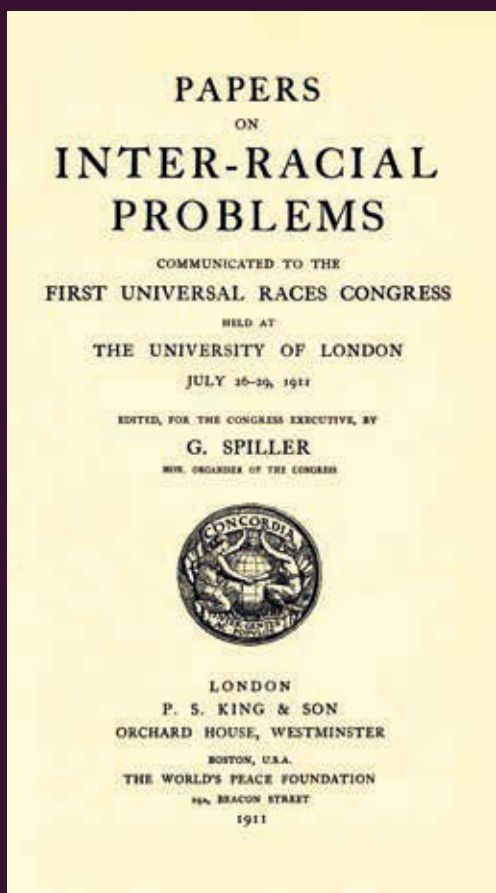


- África do Sul - Pretória
- Angola - Luanda
- Argélia - Argel
- Benim - Porto
- Botswana - Gaborone
- Burkina Faso - Ouagadougou
- Burundi - Bujumbura
- Cabo Verde - Praia
- Camarões - Yaoundé
- Chade - N'Djamena
- Comores - Moroni
- Costa do Marfim - Abidjan
- Djibouti - Djibouti
- Egito - Cairo
- Eritreia - Asmara
- Etiópia - Adis-Abeba
- Gabão - Libreville
- Gana - Acra
- Guiné - Conacri
- Guiné Equatorial - Malabo
- Guiné-Bissau - Bissau
- Gâmbia - Banjul
- Lesoto - Maseru
- Libéria - Monróvia
- Líbia - Trípoli
- Madagáscar - Antananarivo
- Malawi - Lilongwe
- Mali - Bamako
- Marrocos - Rabat
- Mauritânia - Nouakchott
- Maurícia - Port Louis
- Moçambique - Maputo
- Namíbia - Windhoek
- Nigéria - Abuja
- Níger - Niamey
- Quênia - Nairóbi
- República Centro-Africana - Bangui
- República Democrática do Congo - Kinshasa
- República do Congo - Brazzaville
- Ruanda - Kigali
- Senegal - Dakar
- Serra Leoa - Freetown
- Seychelles - Victoria
- Somália - Mogadiscio
- Suazilândia - Lobamba
- Sudão - Cartum
- Sudão do Sul - Juba
- São Tomé e Príncipe - São Tomé
- Tanzânia - Dar es Salaam
- Togo - Lomé
- Tunísia - Tunis
- Uganda - Kampala
- Zâmbia - Lusaka
- Zimbabue - Harare



O interesse pelo conhecimento sobre a criação e a ocupação de cidades e reinos, o desenvolvimento de tecnologias empregadas na agricultura e pecuária, as práticas comerciais, a mitologia e a importância dos cultos à ancestralidade etc., é o que nos permite conhecer melhor, na verdade, os afro-brasileiros. É a partir desse interesse que podemos nos oferecer a oportunidade de compreender como é complexa e grandiosa a tradição africana, tanto quanto pode ser qualquer outra tradição. Esse é um caminho necessário para que as futuras gerações, independentemente de identidade etnicorracial, possam se envolver na construção de uma nova sociedade, sem racismo.

Outro avanço do movimento negro foi apresentar ao Congresso Nacional, através do senador Paulo Paim do Partido dos Trabalhadores (PT/RS), o projeto de criação do Estatuto da Igualdade Racial, um conjunto de leis que corresponde a uma descrição detalhada do que é necessário ao Estado e à sociedade para pôr fim ao racismo. Sancionado sob a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, composta por 65 artigos, esse Estatuto trata de políticas de igualdade e afirmação nas áreas da educação, cultura, lazer, saúde e trabalho, além da defesa de direitos das comunidades quilombolas e dos vivenciadores das religiões de matriz africana. Aqui, procuraremos comentar mais detidamente os artigos do Estatuto dedicados à educação para as relações etnicorraciais.



Contracapa da tese de Lacerda, disponível em http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247540/mod_resource/content/1/Sobre%20os%20mesti%C3%A7os%20do%20Brasil.pdf (acesso em 26 mai 2016)

A tese absurda do diretor do Museu Nacional, de branqueamento da população em um século, resumia a ciência da época e o preconceito racial dominante.

DE ACORDO COM O PENSAMENTO DA FILÓSOFA BRASILEIRA MARILENA CHAUI, A IDEOLOGIA É UM MECANISMO USADO PELA CLASSE DOMINANTE VISANDO A EXERCER A DOMINAÇÃO SEM QUE ESTA SEJA PERCEBIDA COMO TAL PELOS DOMINADOS. CONSISTE NA TRANSFORMAÇÃO DAS IDEIAS DA CLASSE DOMINANTE EM IDEIAS ACEITAS PARA A SOCIEDADE COMO UM TODO, DE MODO QUE A CLASSE QUE DOMINA NO PLANO MATERIAL (ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO) TAMBÉM DOMINA NO PLANO DAS IDEIAS.



Como desmonte das (falsas) teorias racistas que vigoraram até as primeiras décadas do século XX, restou o racismo como ideologia: um conjunto de ideias destinadas a manter os negros na condição de subalternidade em nossa sociedade.

A ideologia racial é tão cruel que, muitas vezes, os próprios negros e negras são induzidos a negar os valores civilizatórios herdados dos seus ancestrais, como as tradições religiosas resguardadas, ao custo de muito sofrimento, por sacerdotes e sacerdotisas que resistiram e resistem ainda hoje às perseguições e agressões racistas. Este comportamento é fruto da assimilação de estigmas e estereótipos racistas impostos, ao longo de pelo menos duzentos e cinquenta gerações, a homens e mulheres negros/as, desde o início da escravidão ainda na África até a atualidade.

Mas, para que todos os/as trabalhadores/as que atuam na escola desenvolvam um comportamento antirracista, é preciso reconhecer, antes de tudo, que o racismo se desenvolveu e se transformou em uma ideologia de dominação social.

Vários brasileiros simpatizantes de ideias racistas contribuíram para formar opinião contrária aos valores civilizatórios dos descendentes de africanos. Entre esses, João Baptista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional, representando o Brasil no I Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres, em julho de 1911, apresentou a tese "Os mestiços do Brasil". Garantia que em 100 anos, precisamente em 2012, os negros desapareceriam da população brasileira e os mestiços estariam reduzidos a 3%. A elite racista, entre os quais intelectuais e cientistas da época, atribuía o atraso do país ao fato de ter uma maioria de população negra. A tese de Lacerda chegou a provocar revolta nessa elite, que considerava um século um tempo muito longo para o Brasil tornar-se branco. Teses racialistas, de modo geral, só foram desacreditadas, de fato, após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo por meio de congressos fomentados por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

PODE-SE CONSIDERAR QUE ESTIGMA É TUDO AQUILO QUE SIGNIFICA UMA DESONRA, UMA ESPÉCIE DE MANCHA A SER APAGADA DA HISTÓRIA DO NEGRO. OS ESTEREÓTIPOS SERIAM IDEIAS PRECONCEBIDAS QUE TENDEM A DESVALORIZAR OU A EMPOBRECER A VERDADEIRA HISTÓRIA DE LUTAS DOS NEGROS PELA LIBERDADE.

Ao longo de quase quatrocentos anos na condição de escravizado, o negro foi forçado a construir a base de toda a riqueza material do Brasil, durante as fases da Colônia e do Império. Desde a fundação da República a maioria da população negra vive como subempregada na área rural e nas cidades. Significa dizer que apesar de toda a exploração o negro vem sendo colocado à margem do mercado de trabalho, rotulado como improdutivo, feio, boçal. Assim, mesmo sendo elemento fundamental da história nacional na sua formação econômica, social, política e cultural, o negro continua sendo visto e tratado como inferior, inclusive no espaço escolar. Mas, nesse ambiente, como ocorre na sociedade brasileira em geral, as pessoas não são identificadas e nem se identificam como racistas, eurocêntricas e submissas aos valores de uma única tradição cultural, a tradição judaico-cristã.

EVERARDO ROCHA,
NA PUBLICAÇÃO O QUE É
ETNOCENTRISMO (1985),
EXPLICA QUE NA TRADIÇÃO
DA ANTROPOLOGIA, O
ETNOCENTRISMO É UMA VISÃO
DE MUNDO QUE COLOCA
NOSSO GRUPO HUMANO
COMO O CENTRO DO MUNDO
E OS DEMAIS GRUPOS SÃO
PENSADOS E PERCEBIDOS
SEGUNDO NOSSOS VALORES,
LEIS E HÁBITOS. PORTANTO
O EUROCÊNTRICO É AQUELE
QUE ADOTA OS VALORES
CULTURAIS E A VISÃO DE
MUNDO PREVALECENTES
NO CONTINENTE EUROPEU
COMO O PONTO DE PARTIDA
PARA INTERPRETAR OS
VALORES CIVILIZATÓRIOS QUE
CHARACTERIZAM OUTROS POVOS.



Assim, aprendemos a compreender que o “outro” é igual a nós quando tem consigo as mesmas características que aprendemos a ver em nós como padrão, o que é sempre reforçado por expressões recorrentes nos meios de comunicação, na ocupação dos postos de destaque no mercado de trabalho, na escola, em tudo. Se a criança negra aprende desde pequena que cabelo bom é cabelo liso e cabelo bonito é loiro, a pele saudável é levemente rosada, olhos bonitos são azuis ou verdes, nariz bonito é arrebitado... e por aí vai; se aprende também desde de pequena que Jesus é o filho de Deus e que Deus é um só, por isso existe uma oração universal (serve para todo mundo), dificilmente se tornará um adulto em condições de compreender que o mundo é constituído por sociedades e civilizações diversas e diferentes, com suas próprias tradições. Por outro lado, a criança não branca que aprende, igualmente desde pequena, que suas características físicas e culturais não são valorizadas, ao contrário, são invisibilizadas ou então são alvo do preconceito e da discriminação, dificilmente se tornará um adulto em condições de valorizar o que possui como autêntico.

Não é por acaso que ao se perguntar se existe racismo no Brasil, em geral todo mundo concorda. Mas se a pergunta for “você é racista”, raramente alguém assume que discrimina racialmente.



No Brasil, quando os negros denunciam a violência física, psicológica ou simbólica² do racismo, há pessoas que interferem para negar o óbvio. Estudiosos e ativistas do movimento negro, como Luiza Bairros, Togo Iorubá, Azoilda Loretto da Trindade, Maria Beatriz Nascimento, Lélia Gonzáles, Abdias do Nascimento e tantos outros que construíram a história do antirracismo no Brasil, explicavam que isso se deve ainda ao mito de que vivemos numa democracia racial. O historiador Joel Rufino dos Santos analisava que esse é o “preconceito de ter preconceito”.

O mito da democracia racial seria a crença difundida na sociedade brasileira de que apesar do longo período escravista, depois da abolição, brancos e negros teriam encontrado uma forma de viver na mais autêntica harmonia, deixando no passado as diferenças de toda ordem. Evidências disto, de acordo com esse mito, seriam a crescente miscigenação de raças/etnias, visíveis nos casamentos multirraciais, e na incorporação das culturas de matriz africana ao jeito de ser do brasileiro ou à identidade nacional.

No entanto, a partir dos anos 1950 pesquisas sobre desigualdades entre brancos e negros vieram pouco a pouco corroendo essa visão. Na atualidade, organismos internacionais vêm demonstrando o que para muitos ainda é a face oculta do racismo. Por exemplo, segundo a Anistia Internacional, o Brasil é o país onde mais se mata no mundo, superando muitos países em situação de guerra. Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas. A maioria dos homicídios foi praticada por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegaram a ser julgados. Destes homicídios, 30.000 foram praticados contra jovens entre

15 a 29 anos, a maioria de negros, como dialogaremos neste fascículo na parte destinada a conhecer a situação de violência que atinge sobretudo esses jovens. Muito se tem dito que se trata de um extermínio progressivo da juventude negra, que ocorre sob o silêncio de autoridades, da grande mídia e dos indivíduos que se recusam a discutir essa peculiaridade dos assassinatos e propor ações para impedir a sua continuidade.

O Plano Juventude Viva, de iniciativa do governo federal, traduz o reconhecimento do Estado quanto à necessidade de atuar para prevenir jovens negros entre 15 e 29 anos da vulnerabilidade constatada, com vistas a reduzir as taxas de homicídios alarmantes.

Outro exemplo, também dramático, da dominação racial que se tenta impor ao povo negro é a desqualificação da mulher negra quanto ao seu papel central na história da resistência à escravização e ao racismo nos dias atuais, na sua estética corporal, nas relações interpessoais com homens e com mulheres brancas no acesso ao mercado de trabalho, à educação formal e à Justiça.

Enfim, é nossa intenção neste fascículo colaborar para que você passe a relacionar, com autonomia e liberdade, a sua história pessoal e familiar com as diversas situações em que o racismo e a discriminação racial se manifestam.

Vamos, a partir daqui, procurar entender, com mais profundidade, os assuntos que fazem parte da conversa iniciada acima, ou seja, *as experiências antirracistas do movimento negro*, considerando: (1) a efetivação dos marcos legais do antirracismo: a lei do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, atualizada em 2008 com a Lei nº 11.645, que igualmente obriga o ensino da história e culturas indígenas, e o Estatuto da Igualdade Racial; (2) o conhecimento sobre os valores civilizatórios das tradições africanas resguardados nos espaços de cultos ao sagrado; (3) a situação da juventude negra brasileira; e (4) as lutas, realizações e olhares das negras mulheres.

2 A violência física é o uso da força com o objetivo de ferir, deixando ou não marcas evidentes. A violência psicológica ou agressão emocional, tão ou mais prejudicial que a violência física, é caracterizada pela rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, desrespeito, punições exageradas e intolerância. Violência simbólica é um conceito elaborado pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Significa forma de coação que se apoia no reconhecimento, e submissão das pessoas, de uma imposição determinada pela forma como está organizada a sociedade ou o grupo social.



Azoilda Loretto da Trindade



Maria Beatriz Nascimento



Abdias do Nascimento



Lélia Gonzáles



Joel Rufino



Carolina Maria de Jesus

ESTUDIOSOS/AS QUE CONTRIBUÍRAM NA LUTA CONTRA O RACISMO



Milton Santos



Manuel Raimundo Querino



Luiza Bairros



Laudelina de Campos Melo



Alberto Guerreiro Ramos



Antonieta de Barros



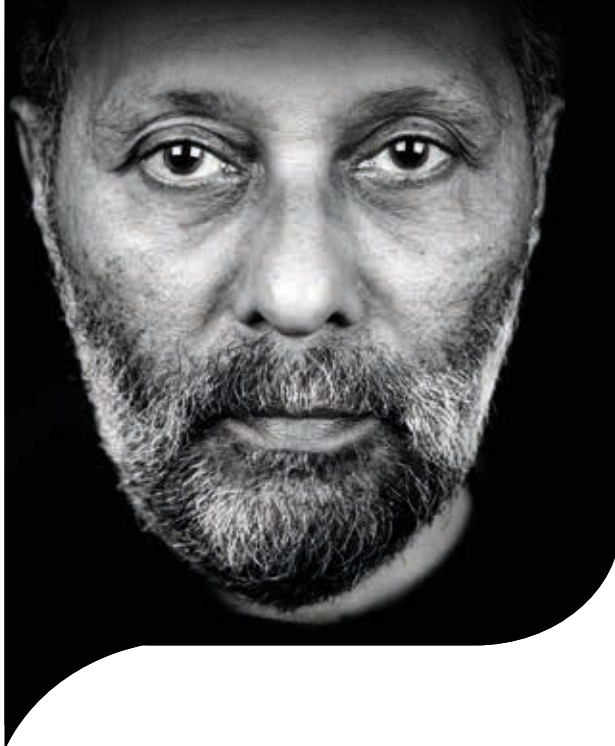
Zózimo Bulbul



Jônatas Conceição Silva

4. MOVIMENTO NEGRO E ANTIRRACISMO: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO POLÍTICA

STUART HALL, NO LIVRO A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE, AFIRMA QUE “O CARÁTER NÃO CIENTÍFICO DO TERMO RAÇA NÃO AFETA O MODO COMO A LÓGICA RACIAL E OS QUADROS DE REFERÊNCIAS RACIAIS SÃO ARTICULADOS E ACIONADOS, ASSIM COMO NÃO ANULA SUAS CONSEQUÊNCIAS” (1999, P. 63). O QUE ESSE SOCIÓLOGO JAMAICANO APONTA É QUE POUCO IMPORTA QUE AS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS TENHAM COMPROVADO QUE O TERMO RAÇA NÃO SEJA REPRESENTATIVO DAS DIFERENÇAS ENTRE BRANCOS E NEGROS, PORQUE OS FENÓTIPOS QUE CARACTERIZAM UM E OUTRO CONTINUAM SERVINDO DE REFERÊNCIA PELAS PESSOAS PARA JUSTIFICAR AS SUAS PREFERÊNCIAS.



Clóvis Moura



Togo Iorubá

Como já dissemos, as práticas antirracistas englobam todas as ações por meio das quais indivíduos ou grupos enfrentam a ideologia do racismo. Especialmente quando essas práticas são desenvolvidas por grupos organizados na sociedade em defesa dos interesses da raça negra, tendo como ponto de partida o combate ao racismo e à discriminação racial, chamamos a esse movimento social de movimento negro.

A escravização dos negros no Brasil remonta às primeiras ocupações dos portugueses, no século XVI. Essa é também a história da resistência negra, ou seja, a reação individual e coletiva à negação física e cultural da humanidade de homens negros e mulheres negras, que se estende para além da Abolição da escravatura.

A resistência foi desenvolvida de várias maneiras. Entre algumas dessas, podemos destacar o banzo – uma espécie de greve de fome devido a desolação e profunda depressão ante a vida no cativeiro – o assassinato individual do senhor pelo escravizado, a fuga isolada ou em bandos, o aborto praticado pela mulher negra, o suicídio, a organização de confrarias religiosas, a manutenção clandestina dos cultos aos ancestrais, as guerrilhas e insurreições urbanas.

O SOCIOLOGO CLÓVIS MOURA É UM DOS ESTUDIOSOS QUE DEFENDE, NO LIVRO REBELIÕES DA SENZALA (1981), QUE VÁRIOS LEVANTES COMO A REVOLTA DOS ALFAIATES, DOS BÚZIOS, DA CHIBATA, A BALAIADA, O FARROUPILHA, A CABANAGEM E TANTOS OUTROS FORAM EXPRESSÕES DE TENSÕES E CONFLITOS RACIAIS.

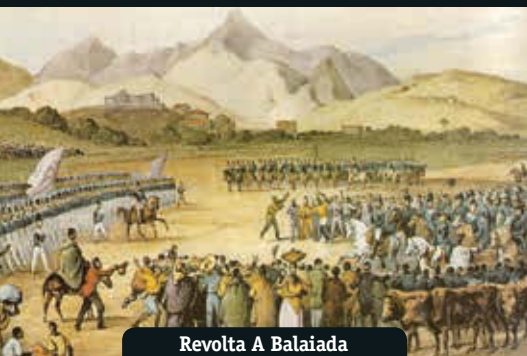


Podemos dizer que as lutas pela liberdade, por mais de três séculos, têm continuidade nas lutas antirracistas. O antirracismo exige a *igualdade de oportunidades*, traduzida na conquista da igualdade em todos os setores da vida social: no acesso à qualidade na Justiça, saúde, educação, segurança, no lazer, nas condições de moradia, no mercado de trabalho e na ascensão na carreira profissional; no fim dos estigmas e estereótipos racistas, que significa o respeito às tradições herdadas pelos descendentes de povos africanos, expressas em uma filosofia e em um padrão cultural próprio, como veremos mais adiante.

4.1 Marcos Políticos e Legais: avanços fundamentais da luta

Desde os anos que precederam o fim legal da escravidão, o movimento negro organiza várias formas de luta contra o racismo e a discriminação racial. Uma forma de tornar visíveis para a sociedade as pautas de luta era a chamada “imprensa negra”. No período pós-abolição, que é aqui compreendido entre a assinatura da Lei Áurea e a instalação da Nova República, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1932, essa prática cresce ainda mais.

De acordo o historiador Clóvis Moura, no livro *A História do Negro Brasileiro* (1989), o movimento negro fundou em São Paulo a Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, mas que seria perseguida e desfeita seis anos depois, no governo Getúlio Vargas. Essa interrupção abrupta no processo de organização dos negros, que se expandiu principalmente pelas regiões Sul e Sudeste, custaria um longo período de desarticulação do movimento. Entretanto, alguns anos mais tarde as memórias da FNB levaram à fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN), a partir de 1944, que, na sequência, influenciaria a criação da Associação Cultural do Negro (ACN), igualmente em São Paulo, na década de 1950.



Revolta A Balaiada



Revolta dos Búzios



Revolta da Chibata

OS PERIÓDICOS MAIS CONHECIDOS DESDE AS CONJURAÇÕES PELA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA, CONFORME O HISTORIADOR CLÓVIS MOURA, SÃO OS BOLETINS - O MULATO, HOMEM DE COR, BRASILEIRO PARDO, O CABRITO E O LAFUENTE -, TODOS DO MESMO ANO DE 1833, E O JORNAL O MESTIÇO, DE 1834. DAS DIVERSAS PUBLICAÇÕES PRODUZIDAS PELO MOVIMENTO NEGRO QUE DÃO CONTINUIDADE A ESSAS INICIATIVAS ATÉ A ERA VARGAS, DESTACAM-SE O EXEMPLO (1892), O MENELICK (1915), A RUA (1916), A LIBERDADE (1919), A SENTINELA (1920), O ALFINETE (1921), O CLARIM DA ALVORADA (1928) E A VOZ DA RAÇA (1933).

Na década seguinte, sob o terror do Estado arbitrário implantado com o golpe militar que instituiu o regime de exceção e uma ditadura militar, que duraria até o início dos anos 1980, o movimento negro, assim como os demais movimentos sociais democráticos, se encolheu.

Porém, durante os anos 1970, o movimento negro brasileiro encontrou na divulgação das expressões das culturas negras uma espécie de "biombo", como traduz a historiadora Hélène Monteiro, na dissertação de mestrado pela UFRJ (1991), que funcionava como uma proteção dos seus líderes políticos contra o terrorismo do Estado militarizado. Posteriormente, os "grupos de consciência negra" e outros movimentos relacionados à Igreja católica, como Comunidades Eclesiais de Base e pastorais do negro, passam a dar maior consistência à luta contra o preconceito e pela defesa de uma identidade afro-brasileira.



NAS PRINCIPAIS CAPITAIS DO PAÍS, AS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO REUNIRAM MILHARES DE PESSOAS EM PROTESTOS CONTRA O QUE SE CHAMOU DE “FARSA DA ABOLIÇÃO”, NUMA EVIDENTE DEMONSTRAÇÃO DE FORÇA POLÍTICA. DO PONTO DE VISTA NUMÉRICO E DO ALCANCE GEOGRÁFICO, FORAM OS PROTESTOS MAIS SIGNIFICATIVOS DA HISTÓRIA DESSE MOVIMENTO.

A conquista da restauração da ordem democrática, cujo principal evento foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, abriria as comportas da sociedade brasileira para o avanço dos movimentos sociais.

Durante aquele ano, o do Centenário da Abolição, o movimento negro realizou inúmeras manifestações de denúncia do racismo e da discriminação racial, que criaram visibilidade para essa luta em sua dimensão política e institucional.

Na década seguinte entra definitivamente como prioridade na agenda de lutas do movimento negro a implantação de políticas públicas de ação afirmativa, como veremos em detalhes quando dialogarmos sobre a Lei nº 10.639/2003.

Na primeira metade dos anos 2000, este processo culmina na política de Estado que altera a Lei das Diretrizes da Educação Nacional, e cria a obrigatoriedade do ensino na Educação Básica do papel político, econômico e cultural de negros e índios na formação da identidade nacional e no desenvolvimento da nação.



11 de maio de 1988 - Centro do Rio de Janeiro. Manifestação do movimento negro “contra a farsa da abolição”



20 de novembro de 1995, Brasília. Marcha Zumbi 300 anos

VEJA O QUE JÁ AVANÇOU:



A LEI AFONSO ARINOS ESTABELECE UM ANO DE PRISÃO OU MULTA POR RACISMO.



UM GRUPO DE QUILOMBOLAS NO RIO GRANDE DO SUL CRIA O DIA 20 DE NOVEMBRO COMO O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA EM CELEBRAÇÃO À MEMÓRIA DO HERÓI ZUMBI DOS PALMARES. 7 ANOS DEPOIS, O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) INSTITUI O DIA NACIONAL.



O QUESITO COR É INCLUÍDO NO RECENSEAMENTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE), POR PRESSÃO DE ESTUDIOSOS E DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.



A CONSTITUIÇÃO FEDERAL É PROMULGADA E GARANTE ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS A PROPRIEDADE DAS TERRAS OCUPADAS POR ELAS. O ARTIGO 5º DEFINE O DIREITO À IGUALDADE E TORNA RACISMO CRIME INAFIANÇÁVEL E IMPRESCRITÍVEL.



A LEI CAÓ REGULAMENTA A CONSTITUIÇÃO E DETERMINA A PENA DE RECLUSÃO A QUEM TENHA COMETIDO ATOS DE DISCRIMINAÇÃO OU PRECONCEITO DE RAÇA, COR, ETNIA, RELIGIÃO OU PROCEDÊNCIA NACIONAL.



É CRIADO O SISTEMA DE COTAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB), A PARTIR DO CASO ARI: ALUNO DO DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.



A UERJ É A PRIMEIRA UNIVERSIDADE A TER COTAS RACIAIS. DEZ ANOS DEPOIS, O STF JULGA A POLÍTICA CONSTITUCIONAL, E ELAS VIRAM LEI EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS.



A PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003, TORNA OBRIGATÓRIO O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL - UM DOS PRIMEIROS ATOS DO ENTÃO PRESIDENTE DA REPÚBLICA LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.



A LEI Nº 11.645 INCLUI NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A TEMÁTICA "HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA".



É APROVADO O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, QUE PREVÊ O ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA PARA A CORREÇÃO DAS DESIGUALDADES PROVOCADAS PELO SISTEMA ESCRAVISTA NO PAÍS.



A LEI Nº 12.711 GARANTE A RESERVA DE 50% DAS MATRÍCULAS POR CURSO E TURNO NAS 59 UNIVERSIDADES FEDERAIS E 38 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA A ALUNOS ORIUNDOS INTEGRALMENTE DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO, EM CURSOS REGULARES OU DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. OS DEMAIS 50% DAS VAGAS PERMANECEM PARA AMPLA CONCORRÊNCIA.



É CRIADA A SECRETARIA DE COMBATE AO RACISMO DA CNTE DURANTE O 32º CONGRESSO NACIONAL DA ENTIDADE E A LEI Nº 12.990 RESERVA AOS NEGROS 20% DAS VAGAS OFERECIDAS NOS CONCURSOS PÚBLICOS.

CNT E NOTÍCIAS

QUEM TEM RAÇA TEM MEMÓRIA!

**ENTENDA A DIFERENÇA!**

RECONHECENDO O PAPEL DA ESCOLA NA ERRADICAÇÃO DOS PRECONCEITOS, A CNT PRODUZ DESDE 2003 SEU JORNAL MURAL, COM O OBJETIVO DE DIFUNDIR, NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE TODO O PAÍS, INFORMAÇÕES SOBRE DIVERSOS TEMAS, DE INTERESSE NÃO SOMENTE DOS EDUCADORES E ESTUDANTES, MAS DE TODA A SOCIEDADE. ALÉM DE SER UMA FERRAMENTA DE APOIO PEDAGÓGICO PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM SALA DE AULA. ENTRE OS DIVERSOS ASSUNTOS JÁ PROPOSTOS NO JORNAL MURAL ESTÁ O “DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA”, QUE É CELEBRADO NO BRASIL, NO DIA 20 DE NOVEMBRO. FORAM ABORDADOS TEMAS COMO A LUTA DOS NEGROS NO BRASIL, CULTURA NEGRA BRASILEIRA, INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO, DISCRIMINAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO DE ETNIAS ETC., COM A FINALIDADE DE PROPOR UMA REFLEXÃO SOBRE A INTRODUÇÃO DOS NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

VEJA O QUE JÁ AVANÇOU:



DICAS Por uma educação antirracista

1. Reconhecer o papel da escola na erradicação dos preconceitos...

2. Produzir desde 2003 seu jornal mural, com o objetivo de difundir, nas escolas públicas de todo o país, informações sobre diversos temas...

3. Além de ser uma ferramenta de apoio pedagógico para os profissionais da educação em sala de aula...

4. Entre os diversos assuntos já propostos no jornal mural está o “Dia da Consciência Negra”, que é celebrado no Brasil, no dia 20 de novembro...

5. Foram abordados temas como a luta dos negros no Brasil, cultura negra brasileira, inserção do negro no mercado de trabalho, discriminação, identificação de etnias etc., com a finalidade de propor uma reflexão sobre a introdução dos negros na sociedade brasileira.

4.1.1 Cumpra-se! Lei nº 10.639/2003 – Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996 foi alterada por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Currículo Oficial da Educação Básica. Esta foi uma importante conquista do Movimento Negro que, ao longo de décadas, vem apresentando propostas e reivindicando ações pontuais no âmbito educacional, considerando sempre um espaço importantíssimo para a ressignificação das relações raciais no Brasil. Porém sabemos que somos um país de muitas leis, mas de direitos limitados. Diante desta realidade, é necessário o empenho coletivo para propor e executar novas metodologias para uma educação antirracista, superando o mito da democracia racial.

Esta lei é um instrumento que possibilita aos sistemas de ensino em âmbito nacional responder às determinações da Constituição Brasileira, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB - nº 9.394/1996, ao Plano Nacional de Educação, ao Estatuto da Criança e do Adolescente e ao Estatuto da Igualdade Racial. Esses textos legais asseguram o princípio da “igualdade de direitos e deveres”, a “formação integral da criança”, o dever do estado de garantir, sem distinção, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos/as e de cada um. Também refere ao respeito “às contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”, entre outros princípios democráticos que têm sido historicamente negados aos afro-brasileiros.



“ART. 26-A. NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, OFICIAIS E PARTICULARES, TORNA-SE OBRIGATÓRIO O ENSINO SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA.

§ 10 O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO A QUE SE REFERE O CAPUT DESTA ARTIGO INCLUIRÁ O ESTUDO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DOS AFRICANOS, A LUTA DOS NEGROS NO BRASIL, A CULTURA NEGRA BRASILEIRA E O NEGRO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL, RESGATANDO A CONTRIBUIÇÃO DO POVO NEGRO NAS ÁREAS SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA PERTINENTES À HISTÓRIA DO BRASIL.

§ 20 OS CONTEÚDOS REFERENTES À HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA SERÃO MINISTRADOS NO ÂMBITO DE TODO O CURRÍCULO ESCOLAR, EM ESPECIAL NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E DE LITERATURA E HISTÓRIA BRASILEIRAS”.

Esses direitos negados, muitas vezes pelo silêncio e pela ausência, outras vezes pela presença estereotipada nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas, reproduzem modelos fundados apenas nos valores civilizatórios europeus. Ignoram-se os valores civilizatórios inerentes à tradição africana, até hoje subalternizados pela mentalidade colonialista que ainda predomina entre nós.

Para favorecer a ressignificação de valores da tradição africana e fortalecer a construção do pertencimento racial, promovendo o desejável ambiente educativo que contribui, de fato, ao desenvolvimento integral dos/as estudantes, devemos considerar as seguintes orientações:

- » Utilizar materiais que não reforcem estereótipos. Cuidar para que imagens, livros, músicas, brinquedos e todos os recursos didáticos utilizados em sala e demais espaços da escola (como os murais e painéis festivos) promovam nas crianças o sentimento de pertencimento e a compreensão de que as pessoas são diferentes em gênero, raça/etnia, idade, habilidades, religião;

REFERIMOS COLONIALISMO COMO O IDENTIFICA O PSIQUIATRA E FILÓSOFO MARTINICANO FRANZ FANON NO LIVRO OS CONDENADOS DA TERRA. TRATA-SE DO SISTEMA INSTITUÍDO PELO OCIDENTE PARA AS CONQUISTAS DE POVOS E TERRITÓRIOS FORA DA EUROPA, FREQUENTEMENTE JUSTIFICADO NA VISÃO ETNOCÊNTRICA QUE QUALIFICA O “OUTRO”, DIFERENTE, COMO PORTADOR OU NÃO DE ELEMENTOS QUE O CARACTERIZARIAM COMO HUMANO, CIVILIZADO. NO CONTEXTO DO COLONIALISMO DESTACA-SE A MENTALIDADE COLONIAL, CONSTRUÍDA CULTURALMENTE NO INTERIOR DA RELAÇÃO ENTRE COLONIZADOR E COLONIZADO, COM BASE NA VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA IMPRIMIDA PELO COLONIZADOR. PRESSUPÕE QUE AO EMPREENDEDOR DO SISTEMA COLONIAL SE ARVORA O DIREITO, POR ELE COMPREENDIDO COMO LEGÍTIMO, DE SUBJUGAR O COLONIZADO. E ESTE, UMA VEZ CONVENCIDO PELO COLONIZADOR DE UMA SUPOSTA INFERIORIDADE NATURALMENTE DADA DA SUA CONDIÇÃO HUMANA, ASSIMILA, PROGRESSIVAMENTE, ESSA NOVA CONDIÇÃO IMPOSTA. AO LONGO DE GERAÇÕES, O COLONIZADO VAI SE DESTITUINDO DAS SUAS TRADIÇÕES CULTURAIS E PASSA A ORIENTAR A VIDA, EM TODA A SUA EXTENSÃO, PELOS VALORES CIVILIZATÓRIOS DO COLONIZADOR.

- » Apresentar pessoas das diversas sociedades e culturas, em atividades variadas, utilizando-se imagens que identifiquem os grupos socioeconômicos nos quais estão inseridas;
- » Ao mostrar realidades e valores culturais de sociedades ou comunidades diferentes, eximir-se de emitir opiniões a partir dos seus próprios valores;
- » No desenvolvimento de atividades culturais, valorizar as contribuições das culturas e tradição africana à cultura brasileira, identificando-as em contextos e não como adereço;
- » Identificar e registrar as manifestações de racismo, para dialogar com toda a comunidade escolar (estudantes, mães, pais, trabalhadores(as) em educação e demais profissionais), induzindo a reflexão conjunta sobre as motivações e consequências dessas manifestações para o aprendizado e para sociedade;
- » Observar se os materiais pedagógicos disponíveis reforçam a discriminação racial, visando a criar ações para modificá-los, oportunizando aos(às) educandos(as) e educadores(as) despertar o olhar crítico quanto à presença do negro nas obras literárias e nos livros didáticos;
- » Incentivar, por meio de obras literárias e material audiovisual, a valorização da estética negra, com a finalidade de desconstruir os estereótipos impostos pela hegemonia dos padrões de beleza vigentes.

4.1.2 O Estatuto da Igualdade Racial: uma questão de direitos

Este instrumento legal visa a igualar as condições de oportunidades e representatividade do segmento negro na sociedade, e instruir a defesa dos direitos étnicos individuais. Apresenta os direitos fundamentais de toda a população, mas particulariza a população negra cujos indicadores

sociais mostram que é a mais afetada pelas desigualdades sociais, como vimos acima. Na educação, capítulo que trouxemos como foco principal, regulamenta e institucionaliza nas Unidades Escolares e no Sistema de Ensino Brasileiro o que a Lei nº 12.288/2010 prevê, e implementa políticas públicas com o propósito de reduzir, de forma progressiva, as desigualdades raciais.

No Capítulo II, trata do “Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, conforme os artigos:

“Art. 19. A população afro-brasileira tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, adequadas a seus interesses e condições, garantindo sua contribuição para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

§ 1º Os governos federal, estaduais, distrital e municipais devem promover o acesso da população afro-brasileira ao ensino gratuito, às atividades esportivas e de lazer e apoiar a iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social dos afro-brasileiros.

§ 2º Nas datas comemorativas de caráter cívico, as instituições de ensino convidarão representantes da população afro-brasileira para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração.

§ 3º É facultado aos tradicionais mestres de capoeira, reconhecidos pública e formalmente pelo seu trabalho, atuar como instrutores desta arte-esporte nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 20. Para o perfeito cumprimento do disposto no art. 19 desta lei os governos Federal, estaduais, distrital e municipais desenvolverão campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população afro-brasileira faça parte da cultura de toda a sociedade.

Art. 21. A disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil” integrará obrigatoriamente o currículo do ensino fundamental e médio, público e privado, cabendo aos estados,

aos municípios e às instituições privadas de ensino a responsabilidade de qualificar os professores para o ensino da disciplina.

Parágrafo único. O Ministério da Educação fica autorizado a elaborar o programa para a disciplina, considerando os diversos níveis escolares, a fim de orientar a classe docente e as escolas para as adaptações de currículo que se tornarem necessárias.

Art. 22. Os órgãos federais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação ficam autorizados a criar linhas de pesquisa e programas de estudo voltados para temas referentes às relações raciais e questões pertinentes à população afro-brasileira.

Art. 23. O Ministério da Educação fica autorizado a incentivar as instituições de ensino superior públicas e privadas a:

- I – apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação, que desenvolvam temáticas de interesse da população afro-brasileira;
- II – incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores respeitantes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira;
- III – desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar jovens afro-brasileiros de tecnologias avançadas, assegurado o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários;
- IV – estabelecer programas de cooperação técnica com as escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças raciais.

Art. 24. O Ministério da Educação fica autorizado a incluir o quesito raça/cor, a ser preenchido de acordo com a autotranscrição, bem como o quesito gênero, em todo instrumento de coleta de dados do censo escolar, para todos os níveis de ensino”.

Sabemos que todas as leis, desde o momento em que são propostas pelos parlamentares, a sua tramitação pelas Comissões e a aprovação e entrada em vigor ou não, dependendo da sua sanção pelo Poder Executivo, são objeto de debate, negociações e alterações de modo a contemplar os propositores e os aliados. Muitas vezes a Lei que entra em vigor é o que se convencionou dizer “aquilo que foi possível”. Este é precisamente o caso da Lei que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, que entrou em vigor no dia 20 de outubro de 2010. Significa dizer que embora esse instituto legal tenha sido tornado realidade, pois que o movimento negro se empenha pela sua criação há muitas décadas, ele não reflete todo o acúmulo de discussões que originaram a sua propositura ainda no âmbito desse movimento.

Durante as negociações, o texto do Estatuto sofreu inúmeras alterações desfavoráveis aos interesses do movimento negro e da população negra, o que reflete a pouca representação dos negros e negras como força política no Congresso Nacional, hoje menos de 2% do total de parlamentares. O principal ponto negativo é o fato de ser o Estatuto uma Lei autorizativa, isto é, por não ter caráter determinativo certas exigências descritas, por exemplo, para o mercado de trabalho, são atendidas de acordo com a decisão do empregador. É o que acontece no que refere aos percentuais de cotas para modelos negros junto às iniciativas do setor de moda, que sempre ficam abaixo da representação da população negra nos Estados em que se realizam esses empreendimentos.

De toda forma, mesmo criticando as imperfeições do Estatuto, ele deve ser considerado como referência indispensável para compreendermos o alcance da luta antirracista no Brasil, bem como ferramenta a orientar a nossa intervenção em nossas escolas.

5. TRADIÇÃO AFRICANA E SEUS VALORES CIVILIZATÓRIOS: CONHECENDO E APRENDENDO A RESPEITAR

Pesquisando sobre a anterioridade das civilizações negras africanas em relação às demais civilizações do planeta, o historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop foi o primeiro autor a afirmar, no seu consagrado livro *Nations nègres et culture: de l'antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique noire d'aujourd'hui*, (Nações Negras e Cultura: da antiguidade negra egípcia aos problemas culturais da África negra atual) publicado em 1954, que o homem (homo sapiens) surgiu sob as latitudes tropicais de África, na região dos Grandes Lagos. A cadeia de hominização africana seria a única completa, a mais antiga e, igualmente, a mais fecunda. Em outros lugares seriam encontrados fósseis humanos representando elos esparsos de uma sequência de hominização imprecisa. A descoberta de Diop se tornou um marco do conhecimento sobre os primórdios da vida humana.

VOCÊ ENCONTRARÁ AO FINAL DESTA FASCÍCULO, NA SEÇÃO DESTINADA A SUGESTÕES DE MATERIAIS PARA O TRABALHO NA ESCOLA, UMA RELAÇÃO DE AUTORES E RESPECTIVAS OBRAS QUE TRATAM DA TEORIA DE DIOP SOBRE A ÁFRICA COMO BERÇO DA HUMANIDADE E DAS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES.



O ESQUELETO E O MODELO DE RESTAURAÇÃO DE LUCY EXIBIDOS NO MUSEU NACIONAL DE CIÊNCIA DO JAPÃO.

Diop acrescenta que os primeiros homo sapiens provavelmente possuíam fenótipo negro porque, segundo a regra de Gloger, os pigmentos escuros aumentam nos seres vivos que vivem nas regiões quentes e úmidas, a fim de se protegerem dos raios solares. Para o autor, durante milênios houve na terra somente negros, e somente na África, onde as mais antigas ossadas de homens modernos descobertas têm mais de 150.000 anos, enquanto que, em outros locais, os mais antigos fósseis humanos têm cerca de 100.000 anos. A técnica de datação de fósseis arqueológicos por meio do rádio carbono, utilizada pela primeira vez para este fim a partir do laboratório criado por Diop na universidade de Dakar, em 1966, foi fundamental para essas afirmações.

Se a África é o berço da humanidade³, conclui Diop que os mais antigos fenômenos civilizatórios devem ter ocorrido necessariamente naquele continente. Ali o homem experimentou as mais antigas técnicas culturais antes de conquistar o planeta, precisamente devido a elas. Assim, a confecção de utensílios em metais fundidos, a domesticação, a agricultura, o cozimento, a cerâmica, a sedentarização, as primeiras cidades, etc. existiram na África antes do que em qualquer outro lugar do mundo.

Mas, o desenvolvimento dessas primeiras civilizações humanas não foi possível só em razão do sucesso dos experimentos técnicos que permitiram aos homens e às mulheres superar desafios da vida material. Foi preciso criar regras de convivência entre os próprios seres humanos e desses com toda a existência manifesta nos outros seres e fenômenos da natureza.

Tais regras de convivência, transmitidas de geração a geração, por meio de narrativas preservadas pelos mais velhos, fundaram a ética e a filosofia, isto é, a ética como os princípios morais que regem a conduta dos indivíduos na comunidade e na vida social ampla; a filosofia como exercício permanente de ponderação de todo o conhecimento, de modo a compreendê-lo para só então assimilar o que é ensinado.

Apesar da violência do colonialismo nas múltiplas invasões que marcam a história milenar da África, os valores civilizatórios presentes na filosofia e na ética, implícitas na tradição africana, persistem e continuam a servir de referência para a organização da vida.

³ Em 1974, o paleontólogo Donald Johanson encontrou nas zonas áridas da região remota de Afar, na Etiópia, um pequeno esqueleto feminino de Australopithecus, que remonta a 3,2 milhões de anos atrás e que era capaz de andar ereto sobre duas pernas: apelidado de Lucy, tornou-se o fóssil mais famoso do mundo.



Foto: disponível em <http://www.mundoubuntu.com.br/sobre/curiosidades-do-ubuntu/63-origem-da-palavra-ubuntu> (acesso em 25 mai 2016)

FILOSOFIA É UM CONCEITO QUE ABRANGE VÁRIAS COISAS, PORTANTO PARA DEFINI-LA É NECESSÁRIO FAZER UMA ESCOLHA. PODEMOS TOMAR A DEFINIÇÃO DADA POR MARILENA CHAUI, NO LIVRO CONVITE À FILOSOFIA: “A DECISÃO DE NÃO ACEITAR COMO ÓBVIAS E EVIDENTES AS COISAS, AS IDEIAS, OS FATOS, AS SITUAÇÕES, OS VALORES, OS COMPORTAMENTOS DE NOSSA EXISTÊNCIA COTIDIANA; JAMAIS ACEITÁ-LOS SEM ANTES HAVÊ-LOS INVESTIGADO E COMPREENDIDO.”

Um exemplo pode ser encontrado no ubuntu, elemento da tradição africana que é reinterpretado ao longo da história política e cultural pelos africanos e em suas diásporas, como no Brasil. Nos anos que vão de 1910 a 1960, o ubuntu aparece como inspiração do pan-africanismo e da negritude, os dois movimentos filosóficos que ajudaram a África a lutar contra o colonialismo e a obter suas independências.

Para os povos de língua bantu, esse termo significa “eu sou porque nós somos”. Essa “filosofia do Nós” pensa a comunidade, em seu sentido mais pleno, como todos os seres do universo, como família extensa. Portanto, nos termos dessa filosofia, os princípios da partilha, da preocupação e do cuidado mútuo, assim como da solidariedade, constituem coletivamente a ética do ubuntu.

Etimologicamente, ubuntu tem origem nas línguas shosa e zulu, entre povos da nação bantu que habitam o território da República da África



LOGO NO INÍCIO DESTES FASCÍCULO, MOSTRAMOS QUE EXISTEM CENTENAS DE LÍNGUAS NATIVAS (SUAHILE, KIKOYO, SHOSA, IORUBÁ E INÚMERAS OUTRAS), AINDA FALADAS NO CONTINENTE AFRICANO, QUE REMETEM A MILHARES DE ANOS ATRÁS. VOCÊ ENCONTRARÁ AO FINAL DESTES FASCÍCULO, NA SEÇÃO DESTINADA A SUGESTÕES DE MATERIAIS PARA O TRABALHO NA ESCOLA, MÚSICAS EM ALGUMAS DESSAS LÍNGUAS.

do Sul, o país do líder sul-africano Nelson Mandela. Do ponto de vista filosófico e antropológico, o ubuntu retrata a cosmovisão do mundo negro-africano. É o elemento central da filosofia africana que concebe o mundo como uma teia de relações entre o divino (Oludumaré/Nzambi – Deus; Orixás/Vodus/Inkicies – os Ancestrais), a comunidade (mundo dos seres humanos) e a natureza (composta dos seres animais, vegetais e minerais).

Os princípios do ubuntu se tornaram referência para o estudo de vários intelectuais quando o Bispo Desmond Tutu se referiu a essa filosofia milenar para explicar como foi possível a transição do Apartheid para a democracia amplamente participativa na refundação da República da África do Sul.

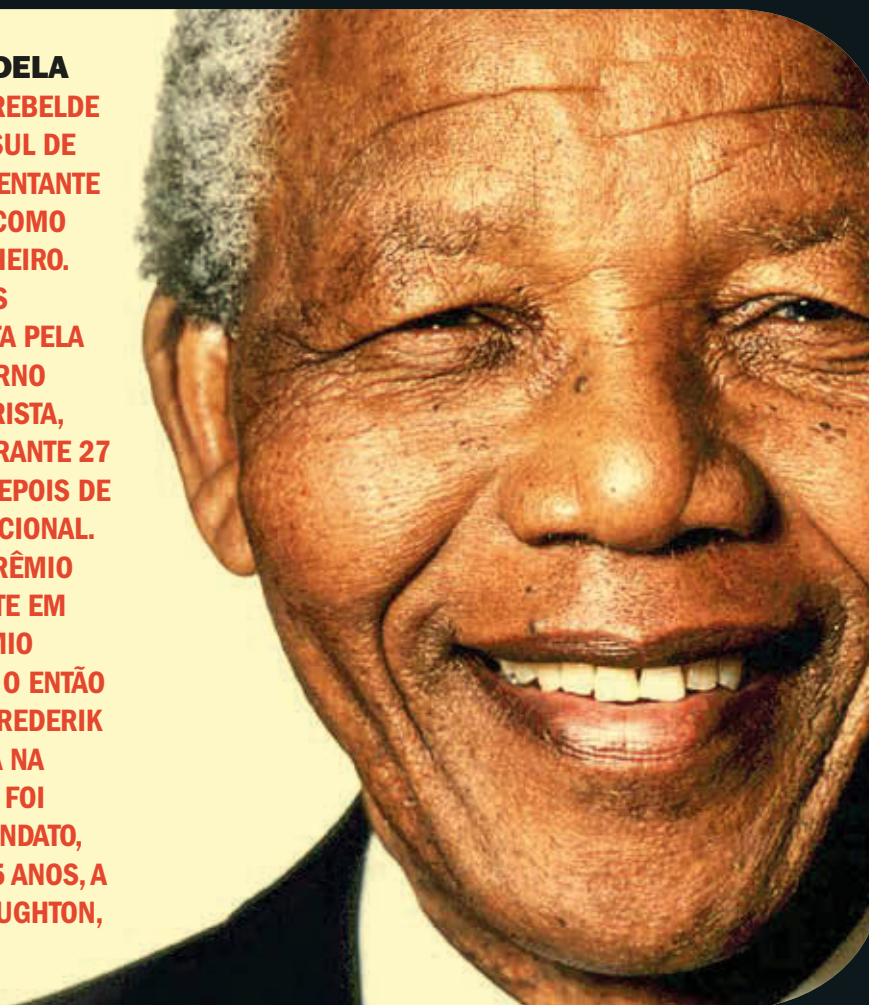
Porém, para o filósofo e teólogo congolês Bas'ilele Malomalo, esse pensamento é vivenciado por todos os povos da África negra tradicional e é traduzido em todas as suas línguas, porque se encontra na estrutura da cosmovisão do mundo negro-africano. Isso se explica quando consideramos que é a África o berço da humanidade e das civilizações.

- A) VÁRIOS ESTUDIOSOS VÊM SE DEBRUÇANDO SOBRE ESSE TEMA. NA REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS ([HTTP://WWW.IHUONLINE.UNISINOS.BR/INDEX.PHP?OPTION=COM_CONTENT&VIEW=ARTICLE&ID=3689&SECAO=353](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3689&secao=353)) ESTÃO RESUMIDAS, EM ENTREVISTAS, AS PRINCIPAIS IDEIAS DE ALGUNS DESSES PENSADORES. AQUI PROCURAMOS COMENTAR ESSAS IDEIAS. O FILÓSOFO E PSICÓLOGO SUL-AFRICANO **DIRK LOUW** AFIRMA QUE NÓS SOMOS POR MEIO DE OUTRAS PESSOAS, MAS TAMBÉM POR MEIO DE TODOS OS SERES DO UNIVERSO; O FILÓSOFO SUL-AFRICANO **MOGOBE RAMOSE** EXPÕE QUE A COMUNIDADE QUE NASCE DO UBUNTU É UMA “ENTIDADE DINÂMICA” ENTRE OS VIVOS, OS MORTOS-VIVOS E OS AINDA NÃO NASCIDOS; A EDUCADORA SUL-AFRICANA **DALENE SWANSON** VÊ O UBUNTU COMO UMA “ALTERNATIVA ECOPOLÍTICA” À GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA NEOLIBERAL; O TEÓLOGO NORTE-AMERICANO **CHARLES HAWS**, ANALISA O UBUNTU COMO “LIBERDADE INDIVISÍVEL” A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DO ARCEBISPO DESMOND TUTU; A FILÓSOFA E ADVOGADA NORTE-AMERICANA **DRUCILLA CORNELL** REFLETE SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO UBUNTU PARA AS LUTAS FEMINISTAS E DOS GRUPOS DE DIREITOS HUMANOS EM GERAL; E O TEÓLOGO CONGOLÊS E DOUTOR EM SOCIOLOGIA **BAS'ILELE MALOMALO**, SITUA O UBUNTU DENTRO DO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO, RELACIONANDO-O ÀS COMUNIDADES TERREIROS.**
- B) O UBUNTU PODE SER COMPREENDIDO COMO UMA ONTOLOGIA, UMA EPISTEMOLOGIA E UMA ÉTICA, POIS SUA NOÇÃO MAIS FUNDAMENTAL É “A FILOSOFIA DO ‘NÓS’”, SEGUNDO O FILÓSOFO SUL-AFRICANO **MOGOBE BERNARD RAMOSE**. O AUTOR EXPLICA QUE, NA FILOSOFIA UBUNTU, “A COMUNIDADE É LÓGICA E HISTORICAMENTE ANTERIOR AO INDIVÍDUO. COM BASE NISSO, É A COMUNIDADE QUE POSSUI PRIORIDADE, E NÃO O INDIVÍDUO. EXPLICANDO TAMBÉM A IMPORTÂNCIA DE CULTUAR OS ANCESTRAIS, ARGUMENTA QUE “ESSA COMUNIDADE É DEFINIDA COMO UMA ‘ENTIDADE DINÂMICA’ ENTRE TRÊS ESFERAS: A DOS VIVOS, A DOS MORTOS-VIVOS (“ANCESTRAIS”) E A DOS AINDA NÃO NASCIDOS”.**



Foto: disponível em <http://www.redeubuntu.com.br/pt-br/blog/colunas?page=11> (acesso em 25 mai 2016)

NELSON ROLIHLAHLA MANDELA
(1918-2013): ADVOGADO, LÍDER REBELDE E EX-PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL DE 1994 A 1999. PRINCIPAL REPRESENTANTE DO MOVIMENTO ANTIAPARTEID, COMO ATIVISTA, SABOTADOR E GUERRILHEIRO. CONSIDERADO PELA MAIORIA DAS PESSOAS UM GUERREIRO EM LUTA PELA LIBERDADE, ERA TIDO PELO GOVERNO SUL-AFRICANO COMO UM TERRORISTA, TENDO PERMANECIDO PRESO DURANTE 27 ANOS. FOI LIBERTADO EM 1990 DEPOIS DE UMA LONGA CAMPANHA INTERNACIONAL. EM 1990 FOI-LHE ATRIBUÍDO O PRÊMIO LÊNIN DA PAZ, RECEBIDO SOMENTE EM 2002. EM 1993 RECEBEU O PRÊMIO NOBEL DA PAZ JUNTAMENTE COM O ENTÃO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL FREDERIK W. DE KLERK, A QUEM SUCEDERIA NA CHAMADA REFUNDAÇÃO DO PAÍS. FOI PRESIDENTE POR APENAS UM MANDATO, DE 1994 A 1999. FALECEU AOS 95 ANOS, A 5 DE DEZEMBRO DE 2013 EM HOUGHTON, JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL.

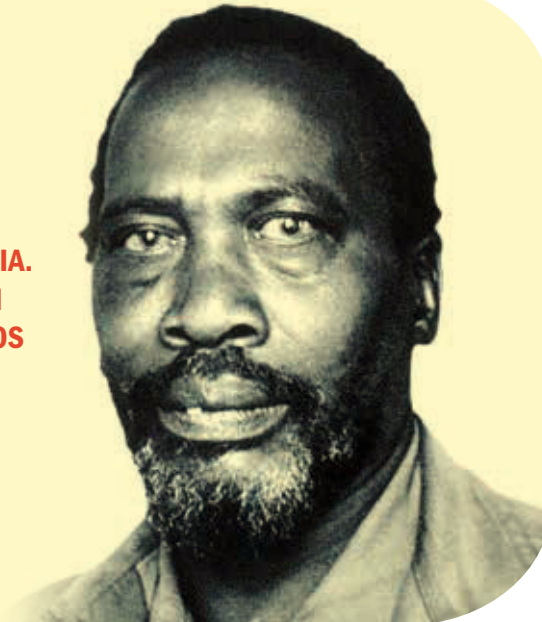


A partir também dessa consideração é que melhor se pode compreender as razões pelas quais o culto aos antepassados é fundamental para a organização da vida na tradição africana.

Sobre a importância da religião, Malomalo considera que, para os africanos e seus descendentes, toda existência é sagrada. Assim, "(...) a religião, como instituição social e sistema simbólico, apresenta-se como o espaço privilegiado de alimentação da 'consciência ubuntuística' ". Por meio de seus ritos, seus sacerdotes e adeptos a reatualizam. Os mitos, as celebrações, os cantos e encantamentos desempenham essa função de religar a pessoa com os deuses, antepassados, com a comunidade, consigo mesmo, com o cosmos e a natureza.

“QUANDO OS MISSIONÁRIOS CHEGARAM, OS AFRICANOS TINHAM A TERRA E OS MISSIONÁRIOS A BÍBLIA. ELES NOS ENSINARAM COMO REZAR DE OLHOS FECHADOS. QUANDO ABRIMOS OS OLHOS, ELES TINHAM A TERRA E NÓS A BÍBLIA.”

JOMO KENYATTA



Com as migrações intercontinentais e a emergência de outras civilizações em outros espaços geográficos do planeta, essa mesma noção vai se expressar em outros povos que pertencem às sociedades constituídas antes da era moderna. É assim que se pode afirmar que essa forma de conceber o mundo, na sua complexidade, é um patrimônio de todos os povos tradicionais ou pré-modernos.

Entretanto, vivemos na atualidade uma grave contradição que se expressa no confronto entre essa visão holística, contemplativa do coletivo sobre o individual, e o individualismo exigido e estimulado pelo sistema capitalista.

Mesmo considerando que a filosofia e a ética que aprendemos e ensinamos na educação formal estejam impregnadas dos valores impostos pelo colonialismo, os valores civilizatórios da tradição africana permanecem entre nós, na diáspora africana. Para vários estudiosos, e também para boa parte dos sacerdotes e sacerdotisas, na sociedade brasileira esses valores civilizatórios não foram totalmente destruídos pelo colonialismo. Encontram-se remanescentes nas Comunidades Terreiros. Vendo dessa forma, os rituais religiosos praticados no espaço sagrado dessas Comunidades representam apenas parte de um complexo cultural que pode contribuir, em muito, tanto para a educação das relações etnicorraciais quanto para a busca de novos elementos para o bem-viver.

No entanto, nós, trabalhadores/as em educação, dada a falta de compreensão acerca dessa visão cosmogônica e cosmológica e, quando muito, com uma visão reducionista dessa filosofia e ética aos ritos meramente religiosos, como estes são pensados no Ocidente, inviabilizamos o conhecimento e a visão respeitosa dos cultos afro-brasileiros. É bom que se diga que muitas vezes os próprios praticantes da tradição africana também ignoram essa visão que aqui apresentamos. Não raramente, estes também assimilam e realimentam, por conveniência, a visão distorcida e preconceituosa que desqualifica todo esse legado.

Mesmo considerando a intromissão crescente das expedições missionárias do cristianismo católico e evangélico, no passado e no presente das sociedades africanas, ainda assim, em praticamente todas as culturas daquele continente praticam-se cultos tradicionais à ancestralidade. Nos lugarejos ou nas cidades onde persistem esses cultos, os antepassados são honrados como espíritos que preservam os padrões morais da vida comunitária e social ampla, como também são considerados como os intermediários entre os vivos e os poderes divinos. Apesar da truculência do colonialismo, esses e outros elementos invariáveis da visão de mundo negro-africana, como já assinalamos, persistem aqui, nos Terreiros.

A relação entre uma pessoa e os seus antepassados é vista como uma relação de convivência e ligação que vai em ambos os sentidos e influencia em ambas as direções. Ou seja, as pessoas agem em colaboração com os seus antepassados para o fortalecimento do grupo, e o grupo reverencia e invoca os seus antepassados para a constante atualização e reorganização da vida. Compreende-se que Deus é o criador, a força suprema responsável por toda a vida no Cosmos. Isto inclui os antepassados, mas Ele está demasiado longe para ouvir as orações dos mortais comuns, esses dentre os quais são escolhidos, pelos antepassados, como aqueles que interpretarão a vontade de Deus na terra. Assim, se os antepassados mortos se comunicam com Deus, mediando entre Ele e a humanidade, estar conectado com muitas gerações de antepassados é sentido como fonte de energia e poder para assegurar o bem-estar de todos e de tudo.



O comércio de gente, por longos três séculos, produziu certa desorganização dos referenciais filosóficos, teológicos e epistemológicos do sistema cultural dos povos africanos introduzidos nas Américas pela diáspora. Desde as negociações nos entrepostos comerciais à travessia forçada do Atlântico, foram sendo criadas novas relações entre escravizados de diferentes origens étnicas no continente africano, que se refletiriam na fragmentação das memórias das formas de dinamizar a vida nos seus lares.

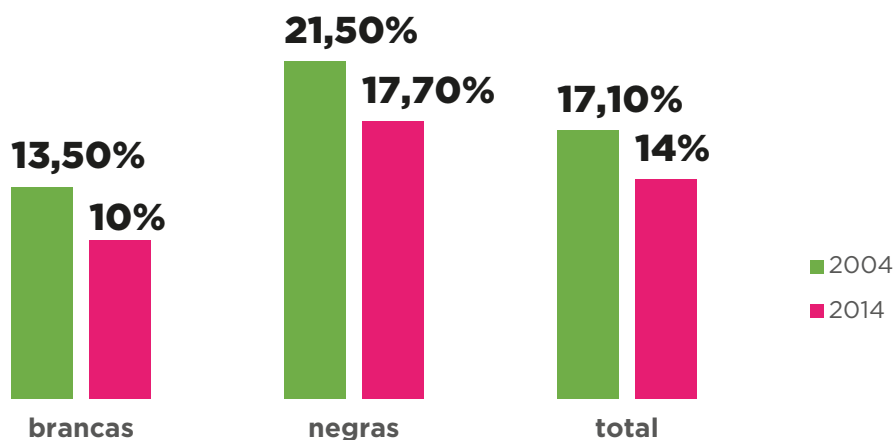
Especificamente, determinados elementos que compõem a cosmovisão implícita na tradição africana, se amalgamaram e se revitalizaram no Caribe e nas Américas, tendo sido adequados conforme as diferentes formas assumidas nas regiões em que se empreendeu o trabalho escravo. Esses elementos, no entanto, na medida do que foi possível mediante a violência colonial, permaneceram resguardados exatamente nos lugares clandestinos de culto aos ancestrais. Os elementos invariáveis nessa tradição foram então reorganizados nos Terreiros, de acordo com as especificidades de cada localidade, mas foram mantidos para a posteridade.

VEJAMOS, POR EXEMPLO, O MITO DE CRIAÇÃO DOS SERES HUMANOS NA TRADIÇÃO YORUBÁ, COMO DESCREVE UM INICIADO NA TRADIÇÃO AFRICANA, O ESCRITOR **PAULO CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA**, NO LIVRO **CONTOS E CRÔNICAS DO MESTRE TOLOMI – ÁFRICA VIVA NO BRASIL (2011)**: “COM A CRIAÇÃO DA TERRA, OLÒDÛNMARÉ PASSOU A SE PREOCUPAR EM COMO POVOÁ-LA. ENTÃO, CHAMOU OBÀTÁLÁ, ÒRISÁ CUJO NOME SIGNIFICA “O SENHOR DO POVO BRANCO”, E O ENCARREGOU DE CRIAR OS SERES HUMANOS. OBÀTÁLÁ COMEÇOU A PROCURAR PELA MATÉRIA-PRIMA MAIS ADEQUADA PARA REALIZAR A SUA MISSÃO. DEPOIS DE VÁRIAS TENTATIVAS MAL SUCEDIDAS, DECIDIU PEDIR SUGESTÕES A VÁRIAS DIVINDADES [...]. OGÚN TROUXE IRIN, FERRO, MAS NÃO SERVIU POR SER MUITO RIJO. SÁNGÓ TROUXE IGI, MADEIRA, QUE TAMBÉM NÃO SERVIU, POIS MESMO NÃO SENDO TÃO RIJA QUANTO O FERRO, NÃO ERA SUFICIENTEMENTE MALEÁVEL PARA O QUE ELE PRETENDIA. OSUN TROUXE OMI, ÁGUA, MAS NÃO ERA MOLDÁVEL. OYA TROUXE “EFÚFÚ LÈLÈ NI JIGIJIGI” O GRANDE VENDEVAL QUE CORTA A COPA DAS ÁRVORES, QUE RAPIDAMENTE SE ESVAIU. OBÀTÁLÁ JÁ ESTAVA DESANIMADO QUANDO APARECEU IKU, TRAZENDO UMA PORÇÃO DE ALAMON (ARGILA). PERCEBENDO AÍ A MATÉRIA IDEAL, PEDIU QUE IKU LHE TROUXESSE EM MAIOR QUANTIDADE. MAS IKU SE VIU DIANTE DE UM PROBLEMA. ONILÈ, SENHORA DA TERRA, PODERIA NÃO CONCORDAR COM A RETIRADA DE UMA PARTE TÃO SUBSTANTIVA DE SI PRÓPRIA. LEMBROU DO QUE OLÒDÛNMARÉ DISSERA: “TODAS AS RIQUEZAS E PODERES QUE POSSUEM ADVÊM DE ONILÈ, A “SENHORA DA TERRA”. APÓS PENSAR MUITO, IKU PROCUROU ONILÈ PARA PROPOR UM PACTO, QUE ATENDESSE A NECESSIDADE DE OBÀTÁLÁ DE ARGILA PARA MOLDAR OS SERES HUMANOS, MAS QUE AO MESMO TEMPO GARANTISSE A INTEGRIDADE VITAL DA “SENHORA DA TERRA”, SEM A QUAL A EXISTÊNCIA DE CADA ORISÁ SE INVIABILIZARIA. PROMETEU A ONILÈ RESTITUIR À TERRA CADA SER HUMANO, QUANDO SUA JORNADA NO AIYÉ FOSSE CONCLUÍDA. ASSIM, IKÚ, A MORTE, TORNOU-SE RESPONSÁVEL PELA MORTE FÍSICA DOS INDIVÍDUOS, DEVOLVENDO-OS À TERRA. FEITO O PACTO, OBÀTÁLÁ PÔDE INICIAR A TAREFA A QUE OLÒDÛNMARÉ LHE CONFERIRA [...]. OCORRE QUE O “SENHOR DO PANO BRANCO”, SEMPRE GOSTOU DE EMÚ (VINHO DE PALMA). OCASIONALMENTE, DEVIDO AO EXCESSO DE EMÚ, COMETIA ALGUM ERRO NA FORMATAÇÃO DOS SERES HUMANOS, DANDO ORIGEM AOS ÀÁFIN (ALBINOS), ABUKE (CORCUNDAS), AFOJÚ (CEGOS), ETC. ATÉ HOJE, NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS YORUBÁ, AS PESSOAS PORTADORAS DE QUALQUER DEFICIÊNCIA FÍSICA SÃO ENCAMINHADAS AO CULTO A OBÀTÁLÁ, PARA QUE ELE CORRIJA O SEU ERRO, E SÃO MUITO RESPEITADAS COMO SACERDOTES E SACERDOTISAS DO “SENHOR DO PANO BRANCO”.

Quando se persegue, ataca e insulta os vivenciadores desse complexo cultural, essas ações revelam mais do que a rejeição a uma religião. Mesmo quando se apela para a defesa dessas religiões, identificando tais ações como intolerância religiosa, se comete um equívoco. Essa atitude não leva em consideração que o que seria não tolerar ou não aceitar significa a negação, na verdade, desses princípios civilizatórios, portanto a negação da humanidade ali representada. Isso é racismo. A representação das religiões de matriz africana vinculadas ao mal é uma das formas que o racismo se apresenta na sociedade brasileira. Neste contexto, uma das perversidades dessa ideologia de dominação originada no colonialismo é transformar parte dos próprios adeptos dos cultos em reprodutores ou estimuladores, por ignorância, dessa imagem maléfica socialmente construída.

Educar para as relações etnorraciais significa educar para conhecer e respeitar as diferentes matrizes filosóficas, éticas, culturais, epistemológicas que compõem as diferentes tradições constituídas ao longo da presença humana no planeta. Cada tradição expressa isso por meio de suas línguas, mitos, religiões, manifestações artísticas. Essa compreensão deve ser o ponto de partida para refletir sobre o currículo escolar e as práticas pedagógicas que dão vida à escola. Mas, para avançar nessa reflexão, todo/a trabalhador/a da educação precisa rever seus conceitos e (pré)conceitos, oferecendo a si mesmo/a a oportunidade de desconstruir a sua visão etnocêntrica e se libertar da mentalidade colonialista.

Proporção de trabalhadoras domésticas entre as mulheres ocupadas de 10 anos ou mais de idade, segundo cor e raça (IBGE- PNAD 2004-2014)



6. JUVENTUDE NEGRA: SOBREVIVÊNCIA, EDUCAÇÃO E FUTURO

O Brasil está diante de uma realidade de matança generalizada da sua população jovem, notadamente os jovens negros, que são as principais vítimas da violência letal. Em 2012, segundo a prévia do Mapa da Violência publicado em 2014, as mortes juvenis (de indivíduos de 15 a 29 anos) provocadas por causas externas representaram 71,1% do total de mortes, enquanto para a população não jovem esse índice foi de 8,8%; os homicídios juvenis tiveram participação de 38,7% na mortalidade total, sendo 93,3%, jovens do sexo masculino; entre os não jovens, 2,4% das mortes por causas externas foram decorrentes de homicídios.

AS CAUSAS EXTERNAS DE MORTE, SEGUNDO PADRÕES INTERNACIONAIS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, SÃO AQUELAS NÃO NATURAIS, ENGLOBALANDO HOMICÍDIOS, SUICÍDIOS E ACIDENTES.



MAS, O QUE HÁ POR TRÁS DE TAMANHA DESIGUALDADE NOS PADRÕES DE MORTALIDADE ENTRE NEGROS E BRANCOS EM NOSSO PAÍS?

O *genocídio*⁴ é muitas vezes iniciado devido a sentimentos de xenofobia e consiste na intenção de eliminar totalmente, ou em parte, um grupo ou comunidade com a mesma característica étnica, racial, religiosa ou social. Também podem ser consideradas como genocídio práticas como o ataque à integridade física ou psíquica; a imposição a viver em condições desumanas que podem levar à morte; a transferência, por coação, de crianças de um determinado grupo étnico para outro.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI/2015) que investigou casos de violência contra jovens negros e pobres no Brasil concluiu que essa parcela da população vem sendo vítima de uma espécie de “genocídio simbólico”.

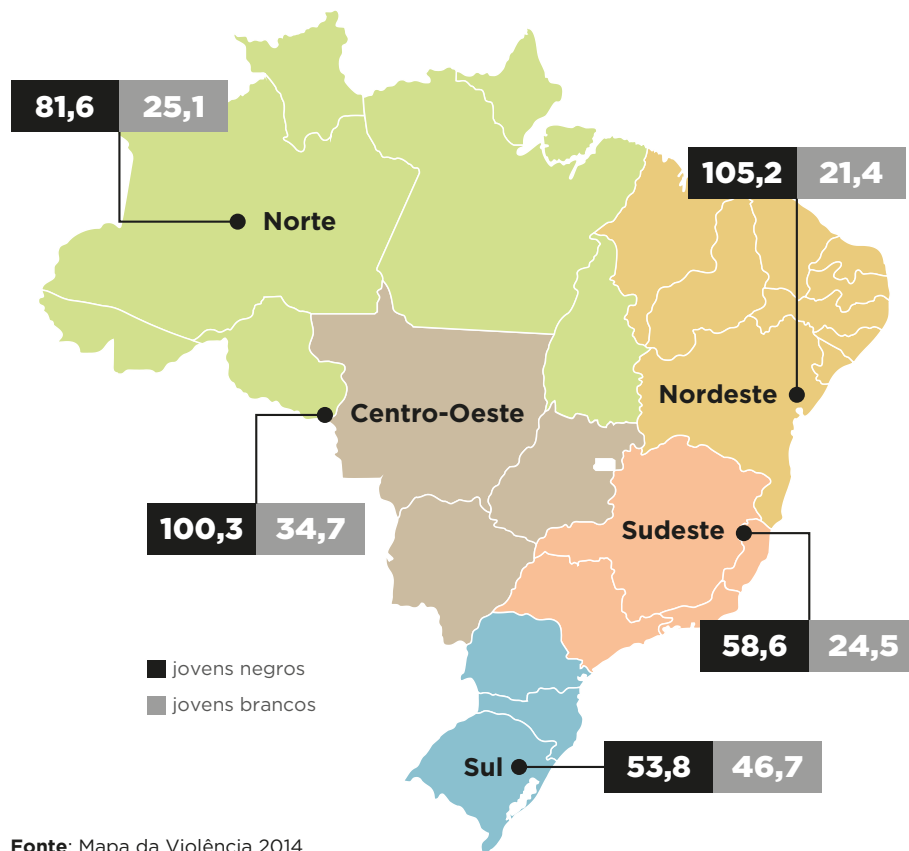
4 **Genocídio** significa a **exterminação sistemática** de pessoas, tendo como principal motivação as diferenças de **nacionalidade, raça, religião** e, principalmente, **diferenças étnicas**. É uma prática que visa a eliminar minorias étnicas em determinada região.

Esse quadro é ainda mais aterrador para a juventude negra: no período de 2002 a 2011, a participação de jovens negros no total de homicídios no país se eleva de 63% para 76,9%, enquanto que a participação de jovens brancos decresce de 36,7% para 22,8%. Os números mostram ainda que a vitimização dos jovens negros, no mesmo período, subiu de 79,9 para 168,6; isso quer dizer que para cada jovem branco assassinado, há 2,7 jovens negros vítimas de homicídio. Esse cenário é tão alarmante que ativistas e especialistas têm denominado o fenômeno de *genocídio da juventude negra*.

- A) SEGUNDO O SITE DA CAMPANHA RACISMO MATA, O TERMO GENOCÍDIO REFERE-SE A CRIMES QUE TEM COMO OBJETIVO A ELIMINAÇÃO DA EXISTÊNCIA FÍSICA E SIMBÓLICA DE DETERMINADOS GRUPOS, EM RAZÃO DA ORIGEM ÉTNICA, RACIAL E/OU RELIGIOSA. DISPONÍVEL EM < [HTTP://RACISMOMATA.ORG](http://racismomata.org)>. ACESSADO EM 27 DE JULHO DE 2014.**
- B) NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016 ENCONTRAVA-SE EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM BRASÍLIA LEI SOBRE AUTOS DE RESISTÊNCIA. ESTA LEI CRIA REGRAS RIGOROSAS PARA A APURAÇÃO DE MORTES E LESÕES CORPORAIS DECORRENTES DAS AÇÕES DE AGENTES DO ESTADO, COMO POLICIAIS, ESSES CASOS DEVERÃO TER RITO DE INVESTIGAÇÃO SEMELHANTE AO PREVISTO PARA OS CRIMES PRATICADOS POR CIDADÃOS COMUNS, ALTERANDO ARTIGOS 161, 162, 164, 165, 169 E 292 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.**

Assassinato de jovens no Brasil

(Taxas por grupos de 100 mil habitantes)



Estatísticas e fatos apurados pela CPI ao longo de quatro meses colocam o homicídio como a principal causa de morte de brasileiros entre 15 e 29 anos e definem o perfil predominante das vítimas: negros do sexo masculino, com baixa escolaridade e moradores das periferias.

A grande desigualdade é confirmada pela chance 3,7 vezes maior de um adolescente negro ser vítima de homicídio, se comparado a um adolescente branco. A ausência ou insuficiência de serviços públicos básicos, tais como educação e lazer, nos lugares onde a maior parte da população é negra são apontadas como fatores principais. Por isto indicamos aqui a educação pública como corresponsável por esse fenômeno, ao não ter sido capaz ainda de atrair e manter esses jovens no ambiente escolar. A vulnerabilidade em que se encontram pode ser explicada, em boa parte, pela falta de identificação desses jovens com a escola. O currículo escolar e as práticas pedagógicas desenvolvidos em geral não cumprem essa finalidade, pois permanecem longe de reconhecer e valorizar a sua história, cultura e tradições como requer a aplicação da Lei nº 10.639/2003.

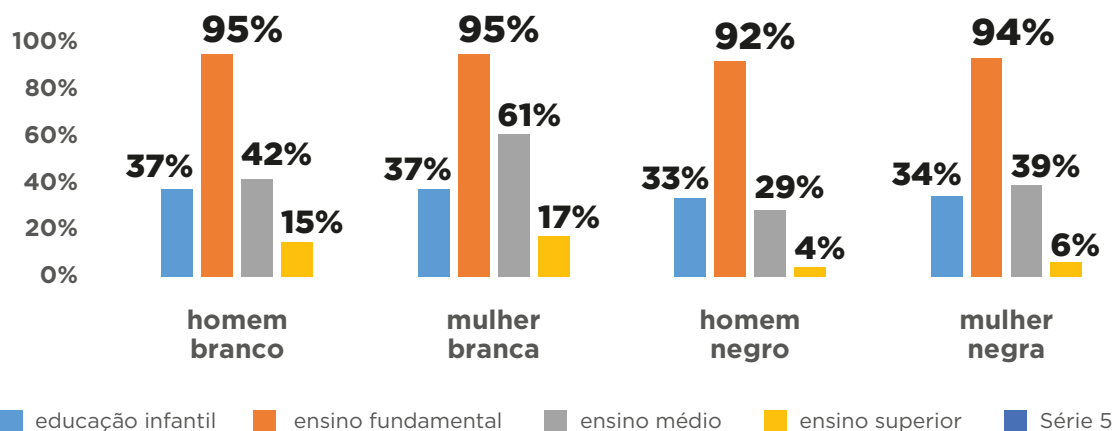


Apesar de reconhecermos, pelo menos no nível do discurso, que a diversidade nos enriquece, sabemos que nas relações de poder, dentro e fora da escola, as diferenças socialmente construídas entre brancos e negros foram naturalizadas e transformadas em justificativas para as desigualdades entre esses dois segmentos.

A educação tem um papel fundamental na busca de equidade e mais oportunidades para todos e todas, mas a juventude negra continua preferindo o fundo da sala de aula. A abordagem dos conteúdos formulados para o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos ainda não dialoga com essa face da realidade social brasileira. Os/as educadores/as ainda não reconhecem na trajetória dos sujeitos presentes na comunidade escolar os saberes, a memória e os sinais do enfrentamento cotidiano das desigualdades socioeconômicas e raciais.

Na relação construída entre educadores e educandos, o estímulo à afirmação das identidades racial e cultural dessa juventude deve ser considerado como elemento essencial para a produção de conhecimentos potencialmente transformadores das relações de poder que se desenrolam na escola. Esse é o ponto de partida para o exercício de uma prática pedagógica comprometida com a superação da educação pautada única e exclusivamente pela nossa matriz etnorracial e cultural europeia. Tendo em vista esse comprometimento, é necessário propor e executar ações efetivas de enfrentamento dessa realidade, a começar pelo acolhimento dessa juventude no ambiente escolar.

Taxa de escolarização líquida por cor/raça e sexo, segundo nível de ensino (PNAD/2004)



7. NEGRAS MULHERES, TRAJETÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA: “NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”



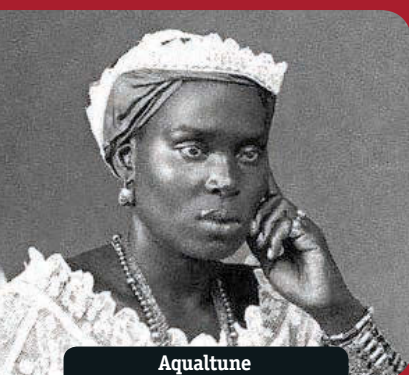
Lélia Gonzales



Luiza Mahim



Tereza de Benguela



Aqualtune

Ao longo de toda a nossa conversa estamos falando de luta e resistência negra contra as diferentes expressões do racismo na sociedade brasileira. Nessa parte do fascículo evocamos Lélia Gonzales, Carolina de Jesus, Luiza Mahim, Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, Tia Ciata, Aqualtune, Mãe Menininha do Gantois, Luiza Bairros e outras grandes negras mulheres para o nosso diálogo com você, trabalhadora e trabalhador em educação, a partir do legado de força e coragem marcante nas trajetórias dessas mulheres para enfrentar no dia-a-dia, nesta sociedade, a discriminação por ser mulher e por ser negra.

O sexismo, a opressão de classe e o racismo, práticas sociais que são ligadas entre si na chamada interseccionalidade, violentam e matam. Mas, quando aprendemos a reconhecer a sua existência, também podem indicar caminhos para o seu enfrentamento e superação na medida em que o nosso trabalho no ambiente escolar encoraja a construção, fortalecimento e defesa das identidades de gênero.

Na sociedade brasileira as ideologias do racismo e do machismo se encontram na base das relações entre as pessoas, e interferem muito fortemente na hierarquização dos grupos diferentes de indivíduos. Nesse caso, entender o protagonismo das mulheres negras na nossa história, no passado e no presente, permite rediscutir essas relações, refletir sobre os “lugares” a que sempre foram “obrigadas” a ocupar, em decorrência destas violências, e mudar a forma como essas mulheres têm sido representadas nos vários setores da sociedade, inclusive na educação.

As trajetórias das mulheres negras ainda não são contempladas efetivamente nos livros escolares e na educação formal, mas é preciso mergulhar na história real do Brasil e redescobrir as suas memórias de luta e sobrevivência, pois o desconhecimento causa a perpetuação do sofrimento.

Não são escravizadas e nem objetos de desejo, são negras mulheres cidadãos que contribuíram e contribuem para a construção desta sociedade. Entretanto, o que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece vivo no imaginário social, e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática.



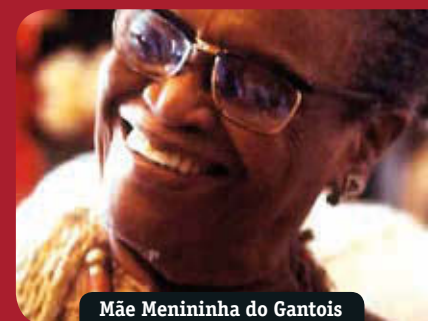
Carolina de Jesus



Dandara dos Palmares



Tia Ciata



Mãe Menininha do Gantois



Luiza Bairros

NEUSA SOUZA SANTOS

PSICANALISTA DE ORIENTAÇÃO LACANIANA E ESCRITORA, NASCIDA NA BAHIA, MILITOU DESDE A DÉCADA DE 1980 CONTRA O PRECONCEITO E PELA IGUALDADE RACIAL NO PAÍS. ESCREVEU ARTIGOS E CRÔNICAS EM JORNAIS E REVISTAS. ENTRE SEUS ESCRITOS DESTACA-SE O LIVRO **TORNAR-SE NEGRO**, UM CLÁSSICO PUBLICADO PELA EDITORA GRAAL (1983), BASEADO EM ESTUDO DE CASOS EM QUE DEMONSTRA COMO O NEGRO É SUBJUGADO EM UMA ESTRUTURA QUE O NEGA ENQUANTO SUJEITO PORTADOR DE UM OUTRO ETHOS CULTURAL OU OUTRO JEITO DE SER E DE ATRIBUIR VALORES A SI E AO MUNDO. DIZ A AUTORA QUE “UMA DAS FORMAS DE EXERCER AUTONOMIA É POSSUIR UM DISCURSO SOBRE SI MESMO”, REFERINDO-SE À “CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO DO NEGRO SOBRE O NEGRO, NO QUE TANGE À SUA EMOCIONALIDADE”. MORREU EM 20 DE DEZEMBRO DE 2008, COM 60 ANOS DE IDADE, AO SE SUICIDAR, LANÇANDO-SE DO ALTO DE UMA CONSTRUÇÃO NO BAIRRO DE LARANJEIRAS, NO RIO DE JANEIRO, DEIXANDO APENAS UM BILHETE PEDINDO DESCULPAS POR SEU ATO.



De modo geral, a dominação e apropriação social das mulheres objetivavam perpetuar este lugar de “donas do lar”, “musas”, “mulatas”, “boas de cama”, “amas de leite”, “cuidadoras”, lugares que as mulheres quando resistem a ocupar, essa resistência a leva a enfrentar todos os dias o machismo e o sexismo que insistem em as manter como subproduto do homem. O movimento feminista, que ganhou notoriedade no Ocidente denunciando o machismo e o sexismo e propondo um novo olhar das sociedades para as contradições de gênero, se mostrou incompleto para dialogar com as especificidades das demandas das mulheres negras nos países da diáspora africana.

Um novo olhar, ao mesmo tempo antirracista e feminista, é fundamental para uma revisão dos conceitos e identificação dos preconceitos que tantas vezes reproduzimos ou alimentamos no ambiente da escola. É esse o caminho que permitirá a desconstrução dos valores forjados pela mentalidade colonialista e cristalizados na nossa formação, dentro e fora da vida acadêmica e escolar.

Uma questão igualmente importante para dialogar é a estética da mulher negra, que mesmo em face de alguns cenários favoráveis introduzidos ultimamente pelas mídias, em geral continua desvalorizada, causando sofrimento, baixa autoestima, depressão e morte. A auto representação do corpo, especialmente do cabelo, é simbolicamente importante na construção de identidade negra, este um ponto de vista importante para a psicanalista Neusa Santos, que afirmava que *ser negra no Brasil é tornar-se negra*.

A fortíssima vinculação da sociedade brasileira à visão etnocêntrica e eurocêntrica prevalece também no modelo estético de beleza. Esse modelo muitas vezes conduz as negras mulheres a um branqueamento da sua estética para serem “aceitas” ou “toleradas” nos lugares onde se desenvolvem as relações em sociedade. Especialmente no que refere ao cabelo, este passa a ser um marcador de dor, porque comumente a mulher negra é violentada psicologicamente para não se reconhecer nele, o que é alimentado, inclusive com banalidade, nas escolas. Neste “desafio” para tornar-se negra, a representação da sua estética é sinônimo de tensão e de superação. Ou seja, o cabelo, e também a imagem na sua extensão corpórea, pode representar a submissão ou o rompimento com esse modelo, levando ou não à superação de conflitos.

Romper com os padrões estéticos é romper com o racismo e enfrentar corajosamente uma sociedade que prioriza valores fundados em uma única matriz civilizatória, desconsiderando e negando outros valores igualmente civilizatórios, porém diferentes e diversos. Significa produzir conhecimento sobre a simbologia do cabelo, informando e estimulando as estudantes negras a valorizarem o seu próprio cabelo como herança étnicorracial. Porque, para além dos fios, o cabelo da mulher negra ganha significado vivo nas memórias de luta e resistência ao racismo. Reafirma a sua ancestralidade, fortalece o seu pertencimento racial, restitui a sua capacidade de empoderar-se e transgredir “a regra” que insiste em mantê-la no lugar da subalternidade.

Vimos, então, que se contrapor à ideologia do racismo é se contrapor a práticas e posturas racistas. Isso exige posicionamento e mudança de comportamento. Convidamos você a se exercitar nessa direção: buscar, cotidianamente, na sua prática pedagógica, o diálogo com a diversidade cultural e civilizatória que constrói este país. Seguir o exemplo de Luiza Bairros, mulher que marchou com 100 mil mulheres no ano de 2015 em Brasília.



UM MARCO IMPORTANTE DA LUTA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS FOI A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, OCORRIDA DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2015, COM A PRESENÇA DE 100 MIL MULHERES DE TODO O BRASIL, DE CADA CANTO DESTE PAÍS, DO CAMPO E DA CIDADE, QUE MARCHARAM NUM ÚNICO PROPÓSITO: CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER.



8. SUGESTÕES DE PROJETOS A SEREM DESENVOLVIDOS

Estará a disposição no site da CNTE um link para acesso as sugestões pedagógicas para desenvolvimento de atividades de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, contidos no Parecer 003/2004 elaborados pelo CNE, que regulamenta a alteração trazida pela Lei nº 10.639/2003 à Lei nº 9.394/1996, nos seus artigos 26, 26A e 79B.

Estas sugestões irão agregar o trabalho pedagógico na escola, mas não termina aí. Temos inúmeras publicações sobre o tema e diversas atividades já realizadas que contribuem efetivamente na desconstrução do racismo e na construção de uma cultura antirracista.

Bom trabalho e cada dia temos a certeza que estamos no caminho certo!

8.1 Dicas de livros, filmes, músicas e atividades

Agora, vamos apresentar alguns materiais que podem ser usados nas escolas para tratar dessas questões. Daremos destaque para alguns livros infanto-juvenis, alguns voltados para adultos e outros especialmente direcionados ao(à) professor(a).

LIVROS INFANTO-JUVENIS



Coleção Mama África

Diversos autores

Editora: Língua Geral

A editora Língua Geral lançou, em 2007, a coleção Mama África, que apresenta ao público infanto-juvenil brasileiro contos tradicionais da África escritos por autores daquele continente. Todos os livros são ilustrados por artistas plásticos africanos. Compõem a coleção livros como *O beijo da palavrinha*, escrito por Mia Couto e ilustrado por Malangatana, ambos moçambicanos; *O filho do vento*, escrito por José Eduardo Agualusa e ilustrado por António Ole, ambos angolanos; *Debaixo do arco-íris não passa ninguém*, escrito pelo angolano Zheto Cunha e ilustrado pelo moçambicano Roberto Chichorro; dentre outros. Os livros oferecem um mergulho muito interessante no universo das lendas africanas.



Cadernos Negros volume 38 - Contos Afro-Brasileiros

Autora: Coletivo de Autores

Editora: Quilombhoje

Criado em 1978, pelo Grupo Quilombhoje Literatura, a série chega a 2015 coordenada por Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa. O livro reúne diversos contos de escritores negros, traz um conjunto de vinte e cinco narrativas curtas, assinadas por vinte e um autores e autoras, mostrando o processo de amadurecimento da literatura afro-brasileira. Dentre os participantes estão os autores do estado da Bahia: Aline Soares Negríndia, Ana Fátima dos Santos, Benício dos Santos, Fátima Trinchão, Hildália Fernandes, Jairo Pinto e Luiz Carlos de Oliveira 'Aseokaynha'.

Minha mãe é negra sim!

Autora: Patrícia Santana

Ilustrador: Hyvanildo Leite

Editora: Mazza Edições

O livro conta a história do menino Eno, que se vê às voltas com o racismo na escola e sofre com o dilema de ter que retratar sua mãe negra em uma atividade escolar.



O cabelo de Cora

Autora: Ana Zarco Câmara

Ilustradora: Taline Schubach

Editora: Pallas



Cora, nossa protagonista, é uma menina como as outras, que adora ir à escola e é bastante orgulhosa do seu cabelo. Ele não é liso como o das outras meninas. É enrolado como o de sua Tia Vilma e sua avó. Mas, talvez, o cabelo de Cora não pareça tão belo para suas colegas e ela pode precisar de um empurrãozinho para aprender a amá-lo de novo e a dizer para todo mundo o quanto ele é bonito do jeito que ele é. Cora descobre que seu cabelo é a sua marca. Ela tem cabelo crespo. Outras meninas têm o cabelo liso. Por esse livro é possível nos divertirmos com a história de Cora e enxergarmos, na diferença, a nossa exclusividade.

As tranças de Bintou

Autora: Anna Sylviane Diouf

Editora: Cosac Naif

Uma menina que vive na África sonha ter tranças longas, enfeitadas com pedras coloridas e conchinhas, como as de sua irmã mais velha e de outras mulheres de seu convívio. O livro elege a fantasia como valor capaz de recobrar o sentido mais profundo da infância. Suas belas ilustrações e os personagens bem delineados são capazes de trazer ao leitor uma visão da cultura africana, permitindo, assim, repensar também a cultura brasileira.





Menina Bonita do Laço de Fita

Autora: Ana Maria Machado

Editora: Ática

O coelhinho branco quer ter uma filha pretinha como aquela menina do laço de fita. Mas ele não sabe como a menina herdou aquela cor.

Meninas Negras

Autora: Madu Costa

Editora: Mazza Edições

Griot é o contador de histórias africano que passa a tradição dos antepassados de geração em geração. O objetivo dessa coleção é trabalhar a identidade afrodescendente na imaginação infantil. E é justamente à imaginação que esses livros falam a partir de uma composição sensível, de textos curtos e poéticos, associados a belas ilustrações. Modo lúdico de reforçar a autoestima da criança a partir da valorização de seus antepassados, de sua cultura e de sua cor.



Vozes da floresta: lendas indígenas

Autor: Celso Sisto

Editora: Mazza Edições

Este livro reúne quatro lendas dos povos indígenas: “O corpo de Mani”, “O nascimento da noite”, “Lua branca em céu de prata” e “Alagadiélali”. Eles apresentam histórias tradicionais como a lenda da mandioca, a lenda do surgimento da noite, a lenda que explica o aparecimento da lua e a lenda que explica porque os animais têm mais ou menos carne. São textos belíssimos, de fazer emocionar.

Aldeias, palavras e mundos indígenas

Autora: Valeria Macedo

Editora: Cia das Letrinhas

Yano, Èjcre, Üne, Oo — por incrível que pareça, essas quatro palavras significam a mesma coisa. Representam, na língua de quatro povos indígenas diferentes (os Yanomami, os Krahô, os Kuikuro e os Guaraní Mbya), o vocábulo casa. Através delas e de muitas outras palavras, neste livro o leitor é convidado a conhecer um pouco da vida e dos costumes desses grupos: onde moram, como se enfeitam, suas festas, suas línguas, entendendo a diversidade dos povos originários que estão na nossa formação.





Um defeito de cor

Autora: Ana Maria Gonçalves

Editora: Record

Este longo romance apresenta a história de uma africana idosa, cega e à beira da morte, que viaja da África para o Brasil em busca do filho perdido há décadas. Ao longo da travessia, ela vai contando sua vida, marcada por mortes, estupros, violência e escravidão. O livro mistura ficção e realidade, com referências à importante Revolta dos Malês, rebelião de escravos que ocorreu na Bahia em 1835.

Terra Sonâmbula

Autor: Mia Couto

Editora: Cia. das Letras

Esse é um dos romances mais prestigiados do escritor moçambicano Mia Couto. Um ônibus incendiado em uma estrada poeirenta serve de abrigo ao mais velho Tuahir e ao menino Muidinga, ambos em fuga da guerra civil que assolou o país logo após a independência, conquistada em 1975. A história se desenvolve a partir da relação entre os dois personagens e a leitura dos cadernos de Kindzu, o diário de um rapaz encontrado morto à beira da estrada. A narrativa é fascinante, e serve como bela porta de entrada no universo dos autores africanos que escrevem em língua portuguesa.



O melhor tempo é o presente

Autora: Nadine Gordimer

Editora: Cia. das Letras

A sul-africana Nadine Gordimer recebeu, em 1991, o Prêmio Nobel de Literatura por seus romances sobre as tensões do "Apartheid", o regime de segregação sul-africano. *O melhor tempo é o presente* começa com uma história de amor para tratar de questões sociais e políticas. Amantes clandestinos no passado, devido às leis raciais que proibiam relações entre negros e brancos, Jabulile e Steve vivem em uma África do Sul democrática. Ambos lutaram pelo fim do Apartheid e seus filhos já nasceram em um tempo de liberdade. Mas, o presente não é tão maravilhoso quanto poderia ser: o enorme abismo entre privilegiados e a massa pobre aumenta a cada dia, mostrando as ambiguidades morais de um tempo que tinha tudo para ser o "melhor".

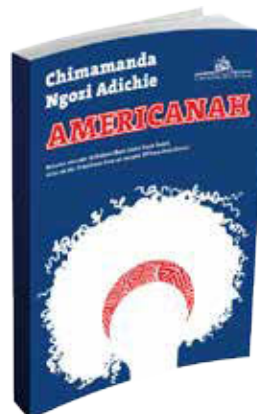


Americanah

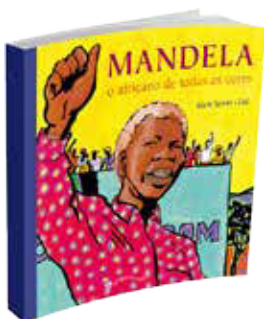
Autora: Chimamanda Ngozi Adichie

Editora: Companhia das Letras

Ifemelu, protagonista desse romance escrito por Chimamanda Adichie, é uma blogueira nigeriana aclamada nos Estados Unidos. Depois de ficar quinze anos longe de seu país, ela resolve voltar à sua terra natal, onde se depara com uma história de amor e terá que lidar com questões sociais de seu tempo, como imigração, preconceito racial e desigualdade de gênero.



Mandela: O africano de todas as cores



Autor: Alain Serres

Ilustrador: Zaü

Editora: Zahar

Símbolo de coragem e paz para toda a humanidade, Nelson Mandela liderou a resistência contra décadas de Apartheid na África do Sul e é amado e admirado no mundo inteiro. Depois de 27 anos na prisão, reconquistou enfim a liberdade e, em 1994, foi eleito o primeiro presidente negro de seu país. Com um texto emocionante de Alain Serres e belas ilustrações de Zaü, o livro apresenta a história desse grande homem, cuja luta a favor da união dos povos de todas as cores é fonte permanente de inspiração. A obra, que integra o catálogo da Pequena Zahar, conta ainda com a seção "Para compreender melhor", em que o leitor encontrará material de pesquisa que inclui: palavras-chave, fotos, um mapa e uma cronologia da vida de Mandela.

LIVROS VOLTADOS PARA PROFESSORES(AS)

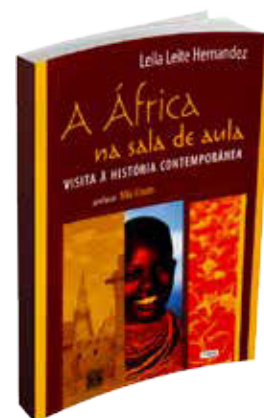
África na sala de aula: visita à história contemporânea

Autora: Leila Leite Hernandez

Prefácio: Mia Couto

Editora: Summus Editorial

Esse livro reúne aulas de história da África, ministradas entre 1998 e 2003, pela historiadora Leila Leite Hernandez, na PUC-SP. Durante esse período, a autora foi amadurecendo sua visão deste continente tão pouco conhecido e cuja história é complexa e envolve uma enorme diversidade de culturas e modos de ser. O livro é bastante didático e funciona como um manual de informações. É voltado para todos aqueles que querem compreender boa parte dos problemas da África contemporânea, e uma excelente obra de consulta para professores das áreas de História, Geografia e Português do ensino fundamental e médio.



Dicionário Mulheres do Brasil

Autor: Maria Aparecida Schumacher

Editora: Zahar



O livro aborda a trajetória das índias, brancas e negras, desde 1500 até 1975, que viveram em diferentes condições sociais e que por diversas maneiras contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento e formação do país. Através desses registros, criteriosamente elaborados, pretendemos fazer justiça e levantar criticamente parte dos panos que encobriram durante séculos as vozes, os olhares e os corpos femininos da nossa História. São 568 páginas com cerca de 850 verbetes entre biográficos e temáticos, que foram cuidadosamente ilustrados por mais de 270 imagens.



Música Africana na Sala de Aula

Autora: Lilian Abreu Sodré

Editora: Duna Dueto

Complemento: CD de áudio

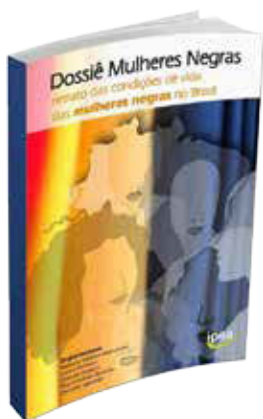
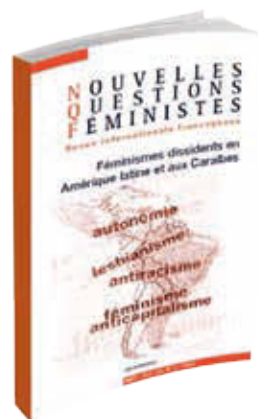
Este livro traz uma mostra da cultura musical africana e informações para que o professor possa ampliar o trabalho musical e corporal com os alunos. Orienta também sobre como preparar a turma para as atividades, dá o passo a passo de como executar cada uma delas e sugestões de temas para trabalhos transdisciplinares.

De ialodês e feministas: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe

Autora: Jurema Werneck

Nouvelles Questions Féministes – Revue Internationale Francophone Vol. 24, n. 2

Este artigo também está disponível na internet. Nele, a autora aborda a luta pela emancipação da mulher negra não com a finalidade de apenas formar mulheres seguras, capazes e brilhantes, que visem a adquirir privilégios individuais. O principal objetivo é gerar transformações na vida da população negra como um todo. Para ler o artigo, basta acessar: <http://mulheresrebelde.blogspot.com.br/2008/10/de-ialods-e-feministas.html>



Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil

Autoras: Mariana Marcondes; Luana Pinheiro; Cristina Queiroz; Ana Carolina Querino; Danielle Valverde

Editora: Ipea

A publicação apresenta um panorama da realidade das mulheres negras brasileiras. Ela possibilita saber mais sobre as formas de produção e reprodução do preconceito de gênero e de cor, passo essencial para que essa situação seja enfrentada. O objetivo é oferecer informações para uma melhor e mais eficaz articulação dos movimentos feministas, do Estado brasileiro, de organismos internacionais, acadêmicos e outros atores contra essa forma de opressão.



O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930

Autora: Lilia Moritz Schwarcz

Editora: Companhia das Letras

Nessa obra, a autora investiga como, mais de um século atrás, a imagem de um país de raças híbridas, pacificamente misturadas, se combinava com teorias que pregavam a superioridade racial e os prejuízos de uma identidade mestiça. Deste livro, destacamos o segundo capítulo, intitulado “Uma história de ‘diferenças e desigualdades’. As doutrinas raciais do século XIX”. Ele aborda as diferentes escolas de pensamento naquele período, marcadas pela ideia de “evolução social”, e as consequências nos dias de hoje.

Literatura afro-brasileira: abordagens na sala de aula

Coordenador: Eduardo de Assis Duarte

Editora: Pallas

Esse livro funciona como uma espécie de manual, voltado para professores de Ensino Fundamental e Ensino Médio de todo o território nacional, sobretudo os de Literatura, História e Artes. Também é voltado a todos os pesquisadores, profissionais e cidadãos que buscam a implementação da Lei nº 10.639/2003. Neste volume, são apresentadas várias propostas de sequências didáticas e orientações para aulas diversas, com a preocupação de valorização da História e da Cultura dos afrodescendentes.



Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade

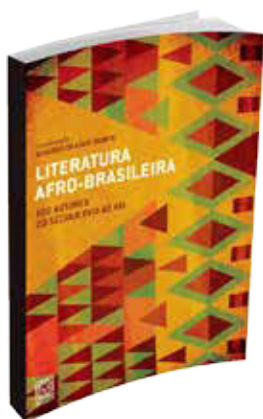
Autor: Bell Hooks

Tradução: Marcelo Brandão Cipolla

Editora: Martins Fontes



Bell Hooks é escritora, professora e intelectual negra. Neste livro, ela escreve sobre a educação como prática da liberdade. Para a autora, o objetivo mais importante do professor é ensinar os alunos a “transgredir” as fronteiras raciais, sexuais e de classe, a fim de alcançar o dom da liberdade. Ao ensinar a transgressão, repleta de paixão e política, o/a docente associa um conhecimento prático da sala de aula com uma conexão profunda com o mundo das emoções e sentimentos. Segundo Bell Hooks, “a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender”.



Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI

Coordenador: Eduardo de Assis Duarte
Editora: Pallas

A proposta deste volume é disponibilizar a professores/as e estudantes dados biográficos e informações sobre a produção literária de escritores e escritoras afro-brasileiros, enriquecidos com indicações de fontes de consulta. As informações trazidas por este volume ajustam-se ao projeto de valorizar as representações da diversidade étnica brasileira e rejeitar, de forma mais concreta, estereótipos criados sobre a produção literária de negros e negras brasileiros.

Cidadania em preto e branco - discutindo as relações raciais

Autora: Maria Aparecida Silva Bento
Editora: Ática

Qual o papel do negro na sociedade? Será mesmo que existem raças diferentes? Para que serve o estereótipo? Discriminação é crime? É preciso disfarçar o preconceito? 'Cidadania em preto e branco' aborda essas e outras questões, e convida você ao diálogo sobre o tema.



Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil

Autora: Eliane Cavalleiro
Editora: Contexto

Este livro é uma interpretação crítica e analítica de uma pesquisa feita pela autora sobre a discriminação das crianças negras na sala de aula. Os resultados são chocantes e mostram inúmeras situações de preconceito racial ocorridas durante as aulas. Este livro é um primeiro e importante passo para que o Brasil rompa o silêncio em torno do racismo e comece a lutar para eliminá-lo de vez do sistema educacional.

Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial

Autor: Kabengele Munanga
Editora: EDUSP

No limiar do ano 2000 não há mais formas institucionalizadas de racismo no mundo, sendo a República Sul-africana a última a suprimi-lo. No entanto, o racismo de fato, a discriminação racial e as manifestações de xenofobia estão cada vez mais presentes e atuantes no tecido social de várias sociedades contemporâneas. O presente livro transcreve algumas comunicações apresentadas durante o seminário internacional 'Estratégias e Políticas de Combate às Práticas Discriminatórias' ocorrido em São Paulo em 1995. Apresentando pontos de vista diversificados sobre a problemática da luta antirracista, deve ser interpretado não como um conjunto de estratégias mas como momentos de reflexão na busca de caminhos que orientem as políticas de combate à discriminação racial.





Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnorraciais

Autor: Ministério da Educação

Editora: SECAD

O texto de cada grupo de trabalho se dirige a diversos agentes do cotidiano escolar, particularmente os/as professores/as, trazendo, para cada nível ou modalidade de ensino, um histórico da educação brasileira e a conjugação com a temática etnorracial, adentrando na abordagem desses temas no campo educacional e concluindo com perspectivas de ação.

Educação antirracista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03

Autor: Ministério da Educação

Editora: MEC/BID/UNESCO

Essa obra marca uma nova frente aberta no espaço da Coleção Educação Para Todos. Provavelmente, será um dos primeiros livros sobre o assunto que grande parte dos educadores dos ensinos fundamental e médio terá acesso ao longo dos 116 anos da República Brasileira.



Superando o racismo na escola

Autor: Kabengele Munanga

Editora: SECAD

Catorze professores foram escolhidos para escrever os textos da obra, cuja leitura possibilita a professores e alunos debaterem amplamente o assunto. Claro que o tema não se esgota aqui. Mas junto com outras realizações do Ministério, como vídeos e publicações da TV Escola, a obra é outro passo importante para a implantação eficaz das políticas educacionais.

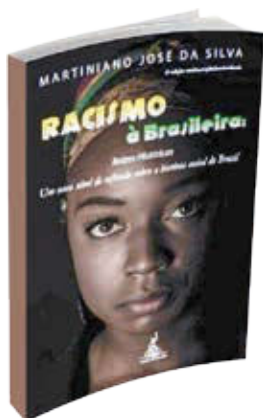
O que é Etnocentrismo

Autor: Everardo P. Guimarães Rocha

Editora: Brasiliense

Se comparássemos o Brasil com os Estados Unidos, e o parâmetro de comparação fosse o futebol, teríamos o Brasil como o mais 'desenvolvido' e os Estados Unidos como o mais 'atrasado'. Se, por outro lado, o referencial fosse o número de grupos de rock, a ordem já seria outra. Cada sociedade possui sua própria cultura, sua própria visão do mundo. A comparação e o confronto entre as diversas identidades é o objetivo de estudo do Etnocentrismo. Com isso, busca compreender melhor o próprio ser humano e sua relação com o mundo que o cerca.





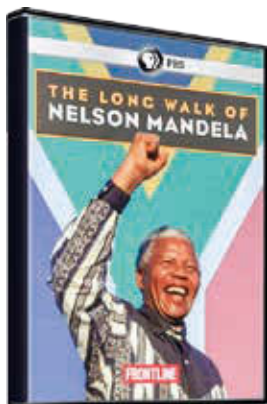
Racismo à Brasileira: Raízes Históricas

Autor: Martiniano José da Silva

Editora: Thesaurus

Há vinte e três anos foi publicada a primeira edição do *Racismo à Brasileira: Raízes Históricas*, de Martiniano J. Silva. Um livro cujo sucesso se manifesta pela publicação da segunda edição, realizada apenas um ano depois da primeira, em 1986. Esta quarta edição que se concretiza treze anos depois da terceira (1995), foi ampliada, atualizada e totalmente revisada. Oferece ao leitor e ao estudioso um conteúdo novo acrescentado ao antigo numa perspectiva histórica que acompanha os debates intelectuais em torno do racismo no mundo.

FILMES



A longa caminhada de Nelson Mandela

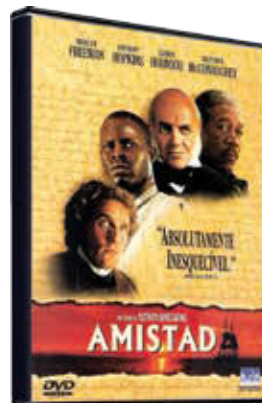
Diretor: Cliff Bestall (1999)

Esse documentário mostra os dois lados de Nelson Mandela, o de combatente e o de pacifista, que se complementaram na sua incansável luta contra o Apartheid. Como disse Leonardo Sakamoto, “por conta da morte de Mandela, estamos sendo soterrados por reportagens que louvam apenas um desses lados e esquece o outro, como se as folhas de uma árvore existissem sem o seu tronco e os galhos. O Apartheid não morreu apenas por conta do sorriso bonito e das falas carismáticas do líder sul-africano, mas por décadas de luta firme contra a segregação coordenada por uma resistência que ele ajudou a estruturar”.

Amistad

Diretor: Steven Spielberg (1997)

A história remonta ao ano de 1839 e é baseada em fatos verídicos que ocorreram a bordo do navio *La Amistad*. O filme relata a luta de um grupo de africanos escravizados em território norte-americano, desde a sua revolta até seu julgamento e libertação. Através desta trama de forte conteúdo emocional, é possível conhecer as condições de captura e transporte de escravos africanos para a exploração do trabalho na América do Norte, a máquina jurídica americana de meados do século XIX e o germe das primeiras medidas para a abolição da escravatura naquele território.





A negação do Brasil: o negro nas telenovelas brasileiras

Diretor: Joel Zito Araújo (2000)

O documentário é uma viagem na história da telenovela no Brasil e particularmente uma análise do papel nelas atribuído aos atores negros, que sempre representam personagens mais estereotipados e negativos. Baseado em suas memórias e em fortes evidências de pesquisas, o diretor aponta as influências das telenovelas nos processos de identidade étnica dos afro-brasileiros e faz um manifesto pela incorporação positiva do negro nas imagens televisivas do país.

Besouro

Diretor: João Daniel Tikhomirow (2010)

Bahia, década de 20. No interior, os negros continuavam sendo tratados como escravos, apesar de a abolição da escravatura ter ocorrido décadas antes. Entre eles está Manoel, que quando criança foi apresentado à capoeira pelo Mestre Alípio. O tutor tentou ensiná-lo não apenas os golpes da capoeira, mas também as virtudes da concentração e da justiça. A escolha pelo nome Besouro foi devido à identificação que Manuel teve com o inseto, que segundo suas características não deveria voar. Ao crescer, Besouro recebe a função de defender seu povo, combatendo a opressão e o preconceito existentes.



Brasil: uma história inconveniente

Diretor: Phil Grabsky (2000)

O Brasil foi o maior participante do tráfico de escravos. Quarenta por cento de todos os escravos que sobreviviam à travessia do Atlântico eram destinados ao Brasil. Chegou uma época em que a metade da população brasileira era de escravos. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, em 1888. Esse documentário apresenta depoimentos dos historiadores João José Reis, Cya Teixeira, Marilene Rosa da Silva; do antropologista Peter Fry e outras pessoas que contam os efeitos de séculos de escravidão no Brasil de hoje. Este é um importante documentário sobre a história dos negros e seus impactos no nosso país.

Carta à Mãe África

Diretor: Rafael Bessa (2010)

Documentário bem curto, de 23 minutos, que trata aspectos da questão racial no Brasil, como os vários mitos para se tentar driblar a noção de racismo e as tentativas de se sabotar a compensação ou outras políticas sociais que tentem reparar 400 anos de vigência do regime escravocrata. O documentário guia-se pela letra da música "Carta A Mãe África", do rapper brasileiro GOG, seguindo para os depoimentos de artistas e intelectuais sobre a questão.





Crash - No limite

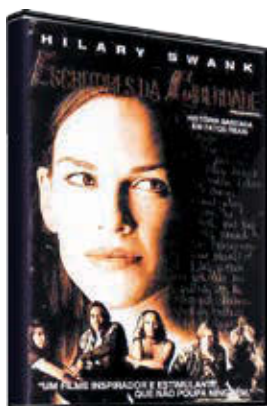
Diretor: Paul Haggis (2004)

Jean Cabot é a rica e mimada esposa de um promotor, em uma cidade ao sul da Califórnia. Ela tem seu carro de luxo roubado por dois assaltantes negros. O roubo culmina num acidente que acaba por aproximar habitantes de diversas origens étnicas e classes sociais de Los Angeles: um veterano policial racista, um detetive negro e seu irmão traficante de drogas, um bem-sucedido diretor de cinema e sua esposa, e um imigrante iraniano e sua filha.

Entre os muros da escola

Diretor: Laurent Cantet (2008)

François Marin atua como professor de língua francesa em uma escola de ensino médio, na periferia de Paris, composta por estudantes de diversos países da África, do Oriente Médio e da Ásia. Ele e seus colegas docentes tentam buscar diversas ações para ensinar os estudantes, mas ainda assim encontram muitas dificuldades. Além das condições socioeconômicas em volta da unidade escolar, o filme problematiza as próprias relações que se dão nesse ambiente.



Escritoras da Liberdade

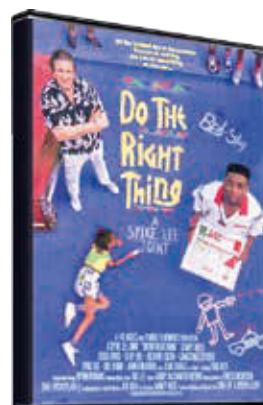
Diretor: Richard La Gravenese (2007)

Uma nova professora chega à escola tentando mostrar aos estudantes que aquilo que trazem de casa ou das ruas faz sentido também dentro da sala de aula. Problemáticas como racismo, desigualdade social e exclusão dão o mote do filme. Baseado em fatos reais, o longa mostra como a professora Erin Grunwell transformou a relação de aprendizagem em uma escola marcada pela resistência dos estudantes em lidar com as diferenças. É por meio da professora que a discussão de cor/raça é trazida para as atividades, que incluem escrever sobre a história de vida de cada um.

Faça a coisa certa

Diretor: Spike Lee (1989)

Sal (Danny Aiello), um ítalo-americano, é dono de uma pizzaria em Bedford-Stuyvesant, Brooklyn. Com predominância de negros e latinos, é uma das áreas mais pobres de Nova York. Ele comanda a pizzaria juntamente com seus filhos, além de ser ajudado por Mookie (Spike Lee). Sal decora seu estabelecimento com fotografias de ídolos ítalo-americanos dos esportes e do cinema, o que desagradou sua freguesia. No dia mais quente do ano, Buggin' Out, o ativista local, vai até lá para comer uma fatia de pizza e reclama por não existirem negros na "Parede da Fama". Este incidente trivial é o ponto de partida para um efeito dominó, que não terminará bem.





Filhas do Vento

Diretor: Joel Zito Araújo (2004)

Numa pequena cidade em Minas Gerais as irmãs Maria “Cida” Aparecida e Maria “Ju” da Ajuda têm objetivos bem distintos. A primeira quer se tornar uma famosa atriz e para isto é imperativo que deixe o lugarejo, já a segunda só pensa em namorar. Vivem com Zé das Bicicletas, o pai delas, que foi abandonado pela mulher e é muito rigoroso com o comportamento das filhas. Quando ele acusa injustamente Cida de estar se envolvendo com Marquinho, o namorado de Ju, ela fica tão magoada que deixa a cidade e vai para o Rio de Janeiro na esperança de ser atriz, e consegue. A vida de cada irmã seguiu seu curso e elas ficam sem se falar por mais de 4 décadas. Com a morte de Zé das Bicicletas, Cida retorna para a sua cidade natal para o enterro do pai. O encontro dela com Ju será inevitável, mas elas têm muita mágoa uma da outra e talvez seja difícil resolver 40 anos em alguns dias.

Histórias Cruzadas

Diretor: Tate Taylor (2012)

Jackson, pequena cidade no estado do Mississippi, anos 60. Skeeter é uma garota da sociedade que retorna determinada a se tornar escritora. Ela começa a entrevistar as mulheres negras da cidade, que deixaram suas vidas para trabalhar na criação dos filhos da elite branca, da qual a própria Skeeter faz parte. Aibileen, a empregada da melhor amiga de Skeeter, é a primeira a conceder uma entrevista, o que desagrada a sociedade como um todo. Uma das situações marcantes do filme é o fato de as brancas construírem banheiros separados para as negras em suas casas, evitando quaisquer formas de contato com aquelas mulheres que criam seus filhos.



Hotel Ruanda

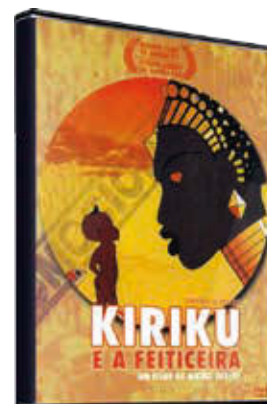
Diretor: Terry George (2004)

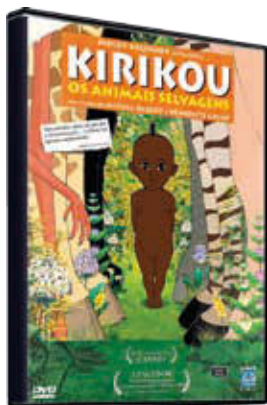
Em 1994 um conflito político em Ruanda levou à morte de quase um milhão de pessoas em apenas cem dias. Sem apoio dos demais países, os ruandenses tiveram que buscar saídas em seu próprio cotidiano para sobreviver. Uma delas foi oferecida por Paul Rusesabagina, que era gerente do hotel Milles Collines, localizado na capital do país. Contando apenas com sua coragem, Paul abrigou no hotel mais de 1200 pessoas durante o conflito.

Kiriku e a Feiticeira

Diretor: Michel Ocelot (1998)

O filme retrata uma lenda africana, em que um recém-nascido superdotado que sabe falar, andar e correr muito rápido se incumbem de salvar a sua aldeia de Karabá, uma feiticeira terrível que deu fim a todos os guerreiros da aldeia, secou a sua fonte d'água e roubou todo o ouro das mulheres. Kiriku é tratado de forma ambígua pelas pessoas de sua aldeia, por ser um bebê, é desprezado pelos mais velhos quando tenta ajudá-los, porém, quando realiza atos heróicos, suas façanhas são muito comemoradas, embora logo em seguida voltem a desprezá-lo. Apenas a sua mãe lhe trata de acordo com sua inteligência.





Kirikou e os animais selvagens

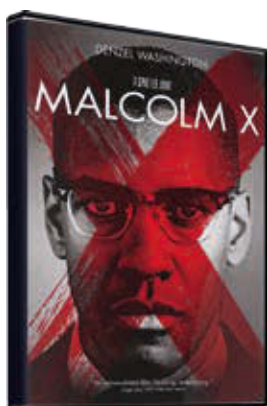
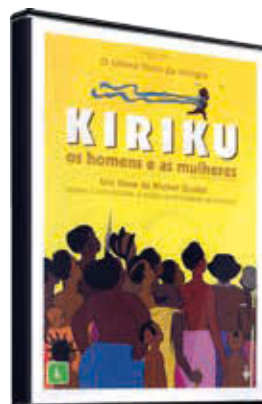
Diretor: Michel Ocelot, Bénédicte Galup (2005)

O avô de Kirikou (Pierre-Ndoffé Sarr) conta as desventuras do garoto, cuja altura não alcança nem o joelho de uma pessoa normal. Entre elas o avô conta como Kirikou aprendeu a ser jardineiro, detetive, artesão, doutor, comerciante e viajante, percorrendo os diversos recantos da África.

Kiriku e os homens e as mulheres

Diretor: Michel Ocelot (2012)

O Homem Sábio da Montanha Proibida conta histórias do heróico Kiriku, que desde a infância sempre esbanjou coragem, inteligência e agilidade. Vivendo em uma aldeia ao lado de sua mãe, Kiriku era capaz de solucionar qualquer tipo de problema, até mesmo questões envolvendo forças ocultas.



Malcolm X

Diretor: Spike Lee (1992)

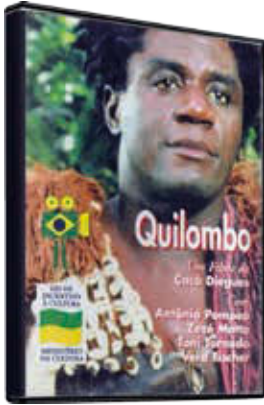
Biografia do famoso líder afro-americano que teve o pai, um pastor, assassinado pela Klu Klux Klan e sua mãe internada por insanidade. Ele foi um malandro de rua e enquanto esteve preso descobriu o islamismo. Malcolm faz sua conversão religiosa como um discípulo messiânico de Elijah Mohammed. Ele se torna um fervoroso orador do movimento e se casa com Betty Shabazz. Malcolm X ora uma doutrina de ódio contra o homem branco até que, anos mais tarde, quando fez uma peregrinação à Meca abranda suas convicções. Foi nesta época que se converteu ao original islamismo e se tornou um "Sunni Muslim", mudando o nome para El-Hajj Malik Al-Shabazz, mas o esforço de quebrar o rígido dogma da Nação Islã teve trágicos resultados.

Mandela

Diretor: Angus Gibson, Jo Menell (1996)

Este documentário é apresentado como a biografia oficial de Nelson Mandela, feita em cooperação com o líder sul-africano. O filme retrata toda a vida de Mandela, desde a infância até a eleição democrática como o primeiro presidente negro da África do Sul, passando pela prisão durante décadas em Robben Island.





Quilombo

Diretor: Carlos Diegues (1984)

Em torno de 1650, um grupo de escravos se rebela num engenho de Pernambuco e rumam ao Quilombo dos Palmares, onde uma nação de ex-escravos fugidos resiste ao cerco colonial. Entre eles, está Ganga Zumba, príncipe africano e futuro líder de Palmares, durante muitos anos. Mais tarde, seu herdeiro e afillhado, Zumbi, contestará as idéias conciliatórias de Ganga Zumba, enfrentando o maior exército jamais visto na história colonial brasileira.

Quanto Vale Ou É Por Quilo?

Diretor: Sergio Bianchi (2005)

O filme é uma adaptação livre do diretor Sérgio Bianchi para o conto "Pai contra Mãe", de Machado de Assis. Quanto Vale ou É Por Quilo? desenha um painel de duas épocas aparentemente distintas, mas, no fundo, semelhantes na manutenção de um sistema injusto, marcado pela corrupção impune, pela violência e pelas enormes diferenças sociais. No século XVIII, época da escravidão explícita, os capitães do mato caçavam negros para vendê-los aos senhores de terra com um único objetivo: o lucro. Nos dias atuais, o chamado Terceiro Setor explora a miséria, preenchendo a ausência do Estado em atividades assistenciais, que na verdade também são fontes de muito lucro. Com humor afinado e um elenco poucas vezes reunido pelo cinema nacional, Quanto Vale ou É Por Quilo? mostra que o tempo passa e pouca coisa muda.



Olhos Azuis

Diretor: Bertram Verhaag (1996)

O documentário é um retrato de workshops sobre racismo desenvolvidos pela estadunidense Jane Elliot. O filme acompanha um desses exercícios, realizado com cerca de 30 pessoas. Durante duas horas e meia elas são submetidas a um experimento: os que têm olhos azuis são isolados e tornam-se vítimas do tratamento discriminatório e ofensivo com que são tratados cotidianamente os negros e imigrantes nos EUA. O objetivo é apresentar, em toda sua crueldade, as formas de discriminação presentes no dia a dia, mesmo as mais sutis.

O perigo de uma história única

Chimamanda Adichie

Trata-se de uma bela palestra proferida pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie. A partir de sua própria experiência de vida, uma criança negra que ouvia histórias de princesas brancas, elas nos propõe a refletir: "como essas histórias são contadas, quem as contam, a partir de que pontos de vista?". Como ela mostra, o "perigo da história única" é criar estereótipos e reforçar preconceitos a partir do privilégio de algumas vozes e do silenciamento de outras.





O povo brasileiro

Diretor: Darcy Ribeiro (1995)

Em “O Povo Brasileiro”, o antropólogo Darcy Ribeiro nos conduz pelos caminhos da nossa formação como povo e nação. Ele procura investigar as matrizes que nos alimentaram e os traços que nos distinguem. O documentário é uma recriação dos estudos de Darcy Ribeiro em linguagem televisiva. Aborda a mestiçagem e a diversidade cultural que nos caracterizam.

Panteras Negras

Diretor: Mario Van Peebles (1995)

Oakland, Califórnia, 1967. Dois amigos formam um novo partido dedicado a proteger os negros das violentas arbitrariedades dos policiais brancos. É o Partido dos Panteras Negras, que tem por objetivo educar a comunidade afro-americana para conscientizá-la dos seus direitos. Logo brancos conservadores começam se sentir incomodados e planejam se livrar desta “ameaça”, mesmo que tenham de desrespeitar a lei.



Quilombolas

Diretor: Ale Maciel (2013)

Esse documentário de apenas 35 minutos mostra a enorme beleza e poesia que enchem as comunidades quilombolas no Brasil na sua constante luta pela sobrevivência. São apresentadas tradições que se mantêm, com dificuldades, há gerações, na agricultura, no respeito ao meio-ambiente, na música, na produção artesanal e em outras formas de cultura. É uma outra forma de olhar para essas comunidades.

Sarafina! O Som da Liberdade

Diretor: Darrell James Roodt (1992)

Durante os anos 1970, na África do Sul, está em vigor o Apartheid, regime de segregação racial que definia lugares exclusivos para brancos e outros para negros. Durante suas aulas, a professora Mary Masembuko, interpretada por Whoopi Goldberg, ensina aos alunos sobre a opressão sofrida pelos africanos negros no país. Uma estudante negra, chamada Sarafina, passa a adquirir uma consciência política sobre a sua realidade. Ao lado de seus colegas, ela organiza um levante, com direito a números musicais, para abrir os olhos dos demais em relação às restrições impostas pelo governo.





Serras da Desordem

Diretor: Andrea Tonnacci (2006)

Carapirú é um índio que escapa da destruição de sua terra e do massacre de seu grupo familiar em 1978. Desde então ele perambula, sozinho, pelas serras do Brasil Central até ser capturado dez anos depois. Levado para Brasília pelo sertanista Sydney Possuelo, torna-se manchete nacional e centro de polêmica criada por antropólogos e linguistas quanto à sua origem e identidade.

Terra Vermelha

Diretor: Marco Bechis (2008)

Mato Grosso do Sul, Brasil, 2008. O suicídio de duas meninas Guarani-Kaiowá desperta a comunidade para a necessidade de resgatar suas próprias origens, enfraquecidas pela presença do homem branco. A comunidade indígena é vítima da disputa de terras com os fazendeiros da região. Para os Kaiowá, seu território representa um verdadeiro patrimônio espiritual.



Uma história de amor e fúria

Diretor: Luiz Bolognesi (2012)

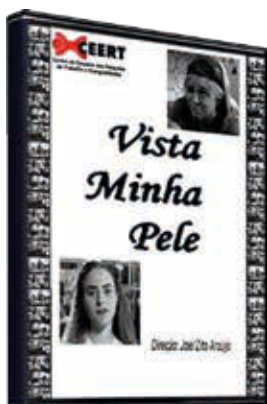
Uma História de Amor e Fúria é uma animação brasileira que trata o amor entre um herói imortal e Janaína, por quem ele é apaixonado eternamente. O filme passa em momentos diferentes da história do Brasil: a invasão do país pelos estrangeiros e a violência contra os índios; a Balaiada e a resistência dos quilombos; a ditadura civil-militar brasileira; e uma fictícia guerra da água, que ocorreria em 2096. Apesar de algumas cenas bem fortes, é uma visão bastante interessante da história do Brasil. O mote do filme é: "Meus heróis não viraram estátua; morreram lutando contra quem virou".

Um grito de Liberdade

Diretor: Richard Attenborough (1987)

Donald Woods é editor chefe no jornal liberal Daily Dispatch na África do Sul. Ele tem escrito diversas críticas sobre a visão de Steve Biko - militante negro que lutou contra o Apartheid. Mas depois de conhecer Biko pessoalmente, ele muda de opinião. Eles passam a se encontrar diversas vezes e isso significa que Woods e sua família começam a receber uma atenção especial da polícia. Quando Biko morre na prisão, Woods escreve uma biografia do militante. Porém, a única forma de ter seu livro publicado é saindo do país.





Vista a minha pele

Diretor: Joel Zito Araújo e Dandara (2004)

O vídeo ficcional-educativo apresenta em menos de 30 minutos, e de forma bem humorada, um retrato de como o racismo e o preconceito ainda são encontrados nas salas de aula do Brasil. A ironia é o principal ingrediente deste documentário. Nele, negros aparecem como classe dominante e brancos como escravizados. Revela também como a mídia só apresenta modelos negros como exemplo de beleza.

Xingu

Diretor: Cao Hamburger (2006)

Os irmãos Villas Bôas resolvem trocar o conforto da vida na cidade grande pela aventura de viver nas matas. Para isso, resolvem se alistar no programa de expansão na região do Brasil Central, incentivado pelo governo. Com a preocupação de desenvolver a afinidade com os habitantes da floresta, os três se tornam referência nas relações com os povos indígenas. Uma de suas grandes conquistas é a criação do Parque Nacional do Xingu.



MÚSICAS

- » **ÁFRICA** – Palavra Cantada
- » **ÀS VEZES ME CHAMAM DE NEGRO** – Música de capoeira
- » **CANTO DAS TRÊS RAÇAS** – Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro
- » **ETNIA** – Chico Science e Lucio Maia
- » **FUZUÊ** – Toninho Nascimento e Romildo Bastos
- » **IJEXÁ** – Edil Pacheco
- » **ILU AYÊ** – Cabana e Norival Reis
- » **KIZOMBA, A FESTA DA RAÇA** – Luís Carlos da Vila
- » **O MESTRE-SALA DOS MARES** – Aldir Blanc e João Bosco
- » **OLHOS COLORIDOS** – Macau
- » **PELE** – Pádua
- » **PINDORAMA** – Sandra Perez e Luiz Tatit
- » **RESPEITEM MEUS CABELOS BRANCOS** – Chico César
- » **REVOLTA DOS MALÊS** – Rafael Pondé
- » **SORRISO NEGRO** – Jorge Portela e Adilson Barbado
- » **TUDO DIA ERA DIA DE ÍNDIO** – Jorge Ben Jor
- » **UM ÍNDIO** – Caetano Veloso
- » **VOCÊ SEMBA DE LÁ, QUE EU SAMBO DE CÁ** – André Diniz, Arlindo Cruz, Evandro Bocão, Leonel e Arthur
- » **ZUMBI** – Jorge Ben Jor

OUTRAS DICAS

- » **ARAÚJO**, Joel Zito – **A Negação do Brasil** – Senac.
- » **BARBOSA**, Rogério Andrade – **Contos africanos** – Ed. Paulinas.
- » **BARBOSA**, Rogério Trindade – **ABC do continente africano** – Ed. SM.
- » **BELÉM**, Valéria – **O cabelo de Lelê** – Ed. Companhia Editora Nacional.
- » **BENTO**, Maria Aparecida Silva – **OMO-OBA: História de princesas** – Ed. Mazza.
- » **CAPUTO**, Stela Guedes – **Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com crianças de candomblé** – Pallas Editora.
- » **COSTA**, Madu – **Koumba e o tambor diambê** – Ed. Mazza Edições.
- » **COSTA**, Madu – **Meninas negras** – Ed. Mazza Edições.
- » **D'AGUIAR**, Rosa Freire – **Anansi, o velho sábio** – Ed. companhia das Letrinhas.
- » **DE OLIVEIRA**, Ieda – **A serpente de Olumo** – Ed. Cortez.
- » **DIOUF**, Sylviane A. – **As tranças de Bintou** – Ed. Cosacnaify.
- » **FREEMAN**, Mylo – **Princesa Arabela, mimada que só ela!** – Ed. Ática.
- » **FUMFORD**, James – **Chuva de manga** – Ed. Brinque Book.
- » **GALDINO**, Maria do Carmo – **Mãe Dinha** – Ed. Mazza Edições.
- » **GASPAR**, Eneida D. – **Falando Banto** – Ed. Pallas.
- » **GOMES**, Lenice – **Nina África** – Ed. Elementar.
- » **GOMES**, Nilma Lino – **Betina** – Ed. Mazza.
- » **KREBS**, Laurie – **Um Safari na Tanzânia** – Ed. SM.
- » **LAVAQUERIE-KLEIN**, Chistiane – **Nyama** – Ed. Companhia das Letrinhas.
- » **LIMA**, Heloisa Pires – **O marimbondo do quilombo** – Ed. Manole.
- » **LIMA**, Heloisa Pires – **A semente que veio da África** – Ed. Salamandra.
- » **LIMA**, Heloisa Pires – **Histórias da Preta** – Ed. Companhia das Letrinhas.
- » **LOPES**, Nei – **Kofie o menino do fogo** – Ed. Pallas.
- » **LOTITO**, Iza – **O herói de Damião** – Ed. Girafinha.
- » **NADER**, Raquel – **De alfaías a zabumbas** – Ed. Paulinas.
- » **MEDEARES**, Ângela Shelf – **Os sete romances** – Ed. Cosacnaify.
- » **MILWAY**, Katie Smith – **De grão em grão o sucesso vem na mão** – Ed. Melhoramentos.
- » **ORTHOF**, Sylvia – **O rei preto de Ouro Preto** – Global Editora.
- » **PATERNI**, Semírames – **A cor da vida** – Ed. Lê.
- » **PRANDI**, Reginaldo – **Ifá, o adivinho** – Ed. Companhia das Letrinhas.
- » **RODRIGUES**, Martha – **Que cor é a minha cor?** – Ed. Mazza Edições.
- » **ROSA**, Sônia – **Os tesouros de Monifa** – Ed. Brinque Book.
- » **ROSA**, Sônia – **O tabuleiro da baiana** – Ed. Pallas.
- » **SANTOS**, Joel Rufino dos – **Gosto de África** – Ed. Global Editora.
- » **SANTOS**, Joel Rufino – **O que é racismo. Coleção Primeiros Passos** – Ed. Brasiliense.
- » **SELLIER**, Marie – **A África, meu pequeno Chaka** – Ed. Companhia das Letrinhas.
- » **SILVA**, Cidinha – **Os nove pentes da África** – Ed. Mazza Edições.
- » **SISTO**, Celso – **O casamento da princesa** – Ed. Prumo.
- » **TRINDADE**, Solano – **Tem gente com fome** – Ed. Nova Alexandria.
- » **ANJOS**, R. S. A – **A geografia, a África e os negros brasileiros** – MEC - Secretaria de Educação Fundamental.
- » **BEATA DE IEMONJA**, Mãe – **Caroço de dendê: a sabedoria dos terreiros como ialorixás e babalorixás passam seus conhecimentos a seus filhos** – Ed. Pallas.
- » **CAVALHEIRO**, Eliane – **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil** – Ed. Contexto.

- » **CUNHA** Junior, Henrique – **Candomblés: como abordar esta cultura na escola** – Revista Espaço Acadêmico.
- » **FANON**, Frantz – **Pele negra, máscaras brancas** – Ed. Edufba.
- » **KAMABAYA**, Moisés – **A contribuição da África para o progresso da humanidade** – Mayamba Editora.
- » **MUNANGA**, Kabengele. (org) – **100 anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil** – Centro de Estudos Africanos/USP.
- » **OLIVEIRA**, Luís Cláudio de – **Dos limites ideológicos à Lei nº 10.639/2003: representações sobre religiões afro-brasileiras na formação de professores** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ.
- » **PAIXÃO**, Luiz Carlos – **Políticas afirmativas e educação: a Lei nº 10.639/2003 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo** – Universidade Federal do Paraná/UFPR.
- » **RIO**, João do – **As Religiões no Rio** – Edições da Organização Simões.
- » **ROLAND**, Maria Ines – **A Revolta da Chibata** – Ed. Saraiva.
- » **SANTOS**, Juanna Elbein dos – **Os Nagô e a morte: Pàde, Asèsè, e o culto Égun na Bahia** – Ed. Vozes.
- » **SOUZA**, Laura de Mello e – **Feitiços e bruxarias no Brasil colonial** – Revista Ciência.

SUGESTÃO DE PROJETOS A SEREM DESENVOLVIDOS

1) Músicas que contam histórias

MÚSICA: MESTRE SALA DOS MARES

- » Contar a história do Almirante Negro - a história verdadeira de um guerreiro e sua trajetória na Marinha Brasileira.
- » Trabalhar algumas expressões que tenham conteúdo racista (mulatas, mocinhas francesas, polacas etc.).

MÚSICA: ÁFRICA

- » Reforçar o conteúdo da outra música que fala dos países africanos. Países que falam a língua portuguesa - vamos descobrir quais são? Existem outros países que falam português fora da África? Eles falam português por que? Fazer pesquisa sobre a colonização e a língua falada no Brasil e em Portugal - quais as diferenças?

2) Vivam as diferenças!

- » Pesquisar e localizar no mapa os países indicados na letra da música “África” e pesquisar sobre as bandeiras de cada um e a moeda dos países. Fazer um painel das línguas faladas em cada local.
- » O que a Bahia tem em comum com os países africanos? E com países da Europa? Verificar as diferenças nas roupas, cabelo, criar um caródromo e colocar a cara das pessoas da escola. Vivam as diferenças!
- » Brincar de autorretrato, identificando quais pintores fizeram e estudar para descobrir novas imagens.



- » O Atlas da vida - elaborar um registro através de textos e ilustrações (árvore da vida), a história de cada um, envolver toda a escola: trabalhadores(as) e estudantes.
- » Baobá, a árvore símbolo de África. Pesquisar e depois descobrir se outros países também têm suas árvores. Qual a árvore símbolo do Brasil?
- » Pesquisar termos como Oxalá, llê, Malê, Alah, Nagô, Yorubá para a construção de um dicionário com diversas expressões que contribuirão para a formação da nossa língua.

3) 13 de Maio. E daí?

- » Realizar pesquisa histórica: O que significou a assinatura da lei, e qual a realidade vivida pelo Brasil naquele ano? Buscar os fatos para entender o 13 de maio. Quantos negros já estavam libertos? Quais os movimentos que existiam para libertação da população negra?
- » Utilizar histórias em que apareçam negros como protagonistas.
- » Buscar epopéias de povos africanos com seus heróis e sagas.
- » Estudos de biografias (heróis negros africanos e brasileiros).
- » Estudo da influência das línguas africanas no português brasileiro (confecção de minidicionário).
- » Recuperar a presença das personalidades negras em nossa história (homens e mulheres).
- » Trabalhar letras de música que recuperam e apresentam a presença negra na nossa sociedade (ex: sambas-enredos - fazer o inventário dessas músicas). Composição de samba-enredo.

4) Negras palavras

- » Movimento literário do romantismo: promover discussões acerca da situação da população negra. Ex: Castro Alves, Cruz e Souza, Gonçalves Dias, Machado de Assis.
- » Realizar mostra literária no espaço escolar.
- » Concurso de redação.
- » Estudar a trajetória de artistas negros e negras.
- » Trabalhar celebrações da cultura afro-brasileira, como congada, moçambique, maracatus, roda de samba, entre outras.

5) Cultura nossa. Nossa cultura!

- » Cultura Hip Hop (rap+ break + MCs+ grafite).
- » Confecção de máscaras africanas.
- » Registrar as mudanças de distribuição do território (levantar hipóteses sobre essas mudanças).
- » Realizar mostra de curtas.
- » Debates com representantes do Movimento Negro com temas como a violência urbana nas grandes capitais, onde a população negra vive em nossas cidades.
- » Oficinas de criação de música negra.

9. CONCLUSÃO

Chegamos à conclusão deste fascículo. A escolha de cada capítulo, seção, conceitos e categorias de análise introduzidos ao longo dos textos foi precedida da intenção de abordar os principais temas atuais, constituintes desse debate indispensável à permanente construção da cidadania brasileira.

A equipe que se dedicou à criação tem a expectativa de ter atendido ao seu momento inicial de busca e exploração de estratégias de ação pedagógica para a educação das relações etnicorraciais em sua escola. Reconhecemos que há imperfeições, mas acreditamos que as novas experiências que aqui propomos deverão conduzir você a desenvolver a criticidade necessária para corrigi-las.

A CNTE dá mais um passo para continuar a luta contra o racismo nos espaços escolares. A tarefa é nossa. Queremos uma escola sem racismo.

Basta de racismo no trabalho e na vida!

Bom trabalho!



UM POUCO DA HISTÓRIA DE LUIZA BAIROS. VALEU!!!



Luiza Helena de Bairros (1953-2016)

“O RACISMO BRASILEIRO SEMPRE SE CARACTERIZOU POR ESTE TIPO DE CONTRADIÇÃO: AS PESSOAS ADMITEM A EXISTÊNCIA DO RACISMO, MAS NÃO SE COLOCAM ENTRE AS QUE DISCRIMINAM NEM ENTRE AS QUE SÃO DISCRIMINADAS. AO LONGO DOS ÚLTIMOS ANOS A TENDÊNCIA É QUE A OPINIÃO PÚBLICA TAMBÉM VÁ SE MODIFICANDO. ISSO SE DÁ PELA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO NA SOCIEDADE E, MAIS RECENTEMENTE, PELO FATO DE A AGENDA RACIAL TER SIDO INSTITUCIONALIZADA PELOS GOVERNOS.”

Luiza Helena de Bairros nasceu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no dia 27 de março de 1953. De forma inesperada, vítima de um câncer de pulmão, Luiza retornou à massa de origem em 12 de julho de 2016.

Filha de Carlos Silveira de Bairros e de Celina Maria de Bairros, Luiza dedicou a sua vida à luta contra o racismo, em defesa de dignidade da população negra e pela democracia verdadeiramente justa. Uma trajetória incansável e inegociável, para ela; imbatível, triunfante e confiante, com ela.

Firme. Sem tempo para medos, Luiza liderou negras e negros nesse país na batalha por uma honra roubada, pela humanização de um povo, para modificar as condições de inserção social de mulheres e homens negros. Seus passos firmes – que só as pessoas muito especiais e absolutamente preparadas conseguem dar –, a credenciaram a ser uma das maiores lideranças do Movimento Negro do Brasil. Ao longo de sua história militante e profissional ocupou vários cargos. Militante, coordenadora, intelectual, professora, escritora, secretária de estado, ministra... Não importava o lugar, para quem foi sempre Luiza Bairros. De voz inconfundível, forte e tranquilizante; diante da insistência perversa de atitudes racistas ela usava uma sabia expressão

dos mais velhos: “chega, chega, chega. Vá mamar em outro lugar! Racismo, não”.

Luiza Helena de Bairros começou ainda muito jovem em Porto Alegre, durante a vida escolar, a se envolver com as questões raciais, mostrando-se, já nesta época, interessada na militância estudantil. Seguiu dedicando-se à vida acadêmica e à atuação política.

Conquistou os títulos de Bacharel em Administração Pública e Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Planejamento Regional pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e Doutora em Sociologia pela Michigan State University.

A socióloga Luiza Bairros mudou-se para Bahia em 1979, depois de conhecer o Movimento Negro Unificado (MNU) daquele estado, dando início à sua trajetória de luta em defesa da população negra no Brasil. Na entidade, tornou-se uma de suas grandes lideranças, sendo a primeira Coordenadora Nacional do MNU. Militante e dirigente ímpar, Luiza foi uma das principais articuladoras das ações que derrubaram o mito da democracia racial no país e colocaram a questão racial na pauta do Governo Brasileiro.

Entre os cargos que exerceu está o de docente na Universidade Católica de Salvador e na Universidade Federal da Bahia. Desde os anos 70, esteve envolvida em pesquisas relevantes para o conhecimento e combate ao racismo no Brasil e nas Américas. Coordenou a pesquisa realizada no “Projeto Raça e Democracia nas Américas: Brasil e Estados Unidos”, uma cooperação entre CRH e a National Conference of Black Political Scientists/ NCOBPS, além da participação em diversos projetos e ações de combate ao racismo e à discriminação racial e em prol da promoção da igualdade racial. Foi, também, organizadora de livros memoráveis e autora de vários artigos e dossiês. Coordenou diversos eventos na área do combate à discriminação racial.

Atuou, entre 2001 e 2003, no Programa das Nações Unidas de Combate ao Racismo Institucional na coordenação de ações interacionais e de projetos de preparação e acompanhamento, onde participou ativamente no processo de preparação e acompanhamento da III Conferência Mundial Contra o Racismo relação Agências Internacionais/Governo/Sociedade Civil. Entre 2003 e 2005, trabalhou no Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) voltado para a pré-implantação do Programa de Combate ao Racismo Institucional.

Entre 2005 e 2007, foi consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para questões de gênero e raça, como coordenadora do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), junto à Prefeitura da Cidade do Recife, Prefeitura Municipal de Salvador e Ministério Público de Pernambuco.

Na gestão pública, Luiza exerceu o cargo de Secretária da Igualdade Racial da Bahia (SEPROMI), de 2008 a 2010. Foi Ministra-chefe da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial do Brasil (SEPPIR) de 2011 a 2014, sendo a responsável por criar o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), cujo objetivo é implementar políticas públicas voltadas a proporcionar à população negra igualdade de oportunidades e instâncias de combate à discriminação e à intolerância.

Luiza, uma das mais importantes militantes do Movimento Negro brasileiro, exerceu sempre uma liderança combativa, deixando seu legado para as gerações futuras. Valeu!

Iêda Leal

Secretária de Combate ao Racismo da CNTE, Vice-presidenta do SINTECO, Vice-Presidenta da CUT Goiás, Conselheira do Conselho Estadual de Educação - CEE/GO, Coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzalez, militante do Movimento Negro Unificado, membro da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados a Educação dos afro-brasileiros (MEC).

OBRIGADA, LUIZA BAIROS!

“TENHO APRENDIDO QUE A MORTE, EMBORA PRODUZA UM DESTINO COMUM, NUNCA É A MESMA. TEM SENTIDOS DIFERENTES, DE ACORDO COM QUEM MORRE E DA FORMA COMO MORRE.”

No meu inventário afetivo de mortes predominam jovens e crianças (o que deixa uma pessoa caejada) e mortes por doença, coisa que dói muito também. Não tive ainda a graça de acompanhar mortes por velhice, por esgotamento do contrato com a vida pela natural decorrência do tempo. Do tempo que se conta pelo relógio, não o tempo do espírito e seus acertos misteriosos com o infinito.

Luiza Bairos partiu para uma jornada maior, dia 12 de julho de 2016, levada por um câncer de pulmão. Mais um para o meu inventário de perdas dolorosas. A singularidade dessa morte é que, mesmo alertada por amigas sobre

a gravidade da situação, eu não contava que fosse acontecer e precisei ver o corpo inerte para crer. Para acreditar. Para me confortar imaginando que ela tenha dito ao tempo: “Deu, tempo! Já deu!”

Precisei estar lá porque Luiza Bairros, junto com Sueli Carneiro e Hélio Santos, são minhas referências de formação há 30 anos. Os pilares que me fizeram negra, plena de direitos e responsabilidades. Desde os 20 anos, essas três pessoas me fazem ser quem sou com amor, zelo, incentivo e puxões de orelha (menos do Hélio, que é mais permissivo).

Em meio a muita emoção, tristeza e incredulidade, duas falas calaram fundo em mim, a primeira de Iêda Leal, que nos disse: “Todos os que estão aqui (e acrescento as amigas de mais de 40 anos de convivência que não conseguiram reunir forças para se despedir do corpo de Luiza Bairros) tiveram a oportunidade de conhecer uma Luiza Bairros”.

Sim! Luiza foi singular para cada uma de nós: Luiza-mãe; Luiza-irmã; Luiza-amiga; Luiza-mentora; Luiza-companheira de militância; Luiza-líder; Luiza-conselheira atenta; Luiza-pesquisadora; Luiza-gestora bem preparada; Luiza-ministra. Mas, uma coisa Luiza Bairros foi para todas nós. Foi espelho e inspiração para fazer bem feitas as mínimas e as grandes coisas.

O nome Luiza Bairros fica em nós como sinônimo de esmero, dedicação, seriedade, compromisso, consequência, solidariedade e amor pelo povo negro do Brasil, da Diáspora e de África. Em nome desse amor ela entregou a vida a uma causa, a luta diuturna contra o racismo e pela promoção da humanidade das pessoas negras.

Houve sempre um traço de afeto em sua permanência na terra. São muitas as lembranças do seu jeito amoroso de cuidar das pessoas negras, conhecidas ou não. Lembro-me que certa feita fui vê-la num debate no Rio e conversávamos numa roda quando chegou uma garota universitária que parecia procurar por alguém. Luiza se aproximou dela e perguntou “você é fulana de tal?” A moça respondeu afirmativamente. Luiza então se apresentou e disse que havia levado o

livro para ela e tirou da bolsa um volume xerografado e encadernado. Conversaram um pouco, a estudante agradeceu, guardou o livro e foi embora.

Noutra oportunidade, estávamos nos Estados Unidos. Eu fazia mestrado e Luiza o doutoramento no mesmo programa. Morávamos em cidades diferentes e eu a havia hospedado numa curta semana de férias. Eu havia estocado de Minas três caixinhas de goiabada cascão para me abastecer por um ano inteiro. Luiza quando viu o doce na geladeira disse que queria uma caixa. Relutei em dar, argumentando que não era de meu conhecimento que gaúchas gostassem de goiabada. Ela disse que também não tinha essa informação. O certo é que ambas sabíamos das fomes que sentimos quando distantes da terrinha.

Como ficamos mais próximas, eu enchia a paciência de Luiza (por telefone) com minhas lamentações, inaptações, culpas por minha mãe que sofria com um câncer de mama, iniciava a metástase nos pulmões e passava pela quarta pneumonia. Um dia, já impaciente, Luiza me disse: “Guria, para mim é muito difícil ficar aqui também (ou seja, pare de falar das suas dores que isso também ativa as minhas), mas parece que para você é mais. Se é tão ruim assim, por que você não vai embora?” Era o que faltava para me libertar. Depois da “autorização” de Luiza, em menos de 30 dias estava de volta ao Brasil, para não mais retomar o mestrado nos EUA.

Em 2008, quando os Institutos Nzinga e Pedra de Raio generosamente organizaram o lançamento do meu segundo livro, “Você me deixe, viu? Eu vou bater meu tambor!”, na Fundação Pedro Calmon, recebi dois presentes inesquecíveis. O prof. Bira, então presidente da Fundação, fez a gentileza de me receber e leu um conto de sua lavra, dedicando-o a mim. Luiza por sua vez, foi convidada a comentar o livro e, como era de seu feitio, fez variadas perguntas à autora. Respondi a todas, creio. Num dado momento em que olhei para ela enquanto dizia não sei o quê vi que ela estava chorando e embarguei a voz (não sabia que Luiza chorava).

Finda a mesa, dezenas de autógrafos, Luiza recomposta e lágrima alguma havia acontecido. Intrigada, contei o ocorrido a um velho Taata que lá estava e quis saber a opinião dele, que me disse como coisa óbvia: “Ora, não sabe como é essa gente de Xangô? É de alegria! Ela está feliz! Você cresceu!” Era assim, Luiza! Ela se emocionava, genuinamente, com o crescimento da gente. Foi assim com as dezenas de mulheres negras que ela orientou e inspirou ao longo de quatro décadas.

Mais à frente, quando escrevi o “Racismo no Brasil e afetos correlatos”, pedi a ela que escrevesse a orelha, mesmo sabedora de suas múltiplas ocupações como ministra. Depois de algum tempo sem resposta, escrevi de novo, dizendo que precisava liberar o livro e que se ela não pudesse escrever, não havia problema. Ela não disse que sim, nem que não. Apenas ponderou o quanto estava ocupada. Eu compreendi, agradei e busquei outro orelhista.

A segunda coisa muito marcante, ouvida no momento da despedida de Luiza foi dita por Vilma Reis: “Luiza Bairos e sua geração de militantes negros inventaram um país para a gente existir.” É isso! Todas e todos nós, de distintos tempos, somos devedoras dessa geração que inventou um país para que a gente pudesse existir!

A despedida de Luiza Bairos foi entre amigos, plena de declarações de afeto, sem discursos politizantes. Foi possível porque seus familiares tiveram a generosidade de fazer uma cerimônia longa, de três dias, por mais que isso fosse penoso para eles, para que várias pessoas que também a amaram muito pudessem se deslocar de vários lugares do país até Porto Alegre. E foram muitas às que não conseguiram ir, porque não conseguiriam se despedir de uma pessoa tão íntima e especial.

Houve um momento religioso em que ela foi saudada como o são as autoridades que partem, as Iyás e os Babás. E que orixás, encantados, ancestrais vieram para também saudá-la e limpar o caminho de toda mágoa e dor.

Agora é o tempo do descanso, de aposentar o machado. O tempo da pedra silenciosa que se desfaz em barro. Tempo de volta a Terra. À água. Ao sal! Siga em paz, Luiza, tão querida. Zambi yá kwatesá!

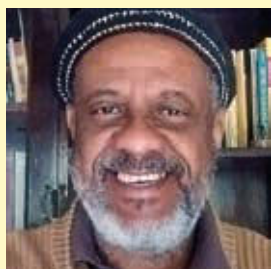
Cidinha Silva

*Escritora de prosa, poesia, dramaturgia, ensaios. Tem nove livros de literatura publicados. Também escritora blogueira publicando com regularidade em cidinhadasilva.blogspot.com.br e é colunista dos portais Fórum, Diário do Centro do Mundo e Geledés. É doutoranda no Programa Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento – DMMDC, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde pesquisa a tensão africanidades/relações raciais X racismo institucional nas políticas públicas para o livro, *Leitura, literatura e bibliotecas no Brasil (2003-2016)*.*

ACESSE MAIS CONTEÚDOS QUE COMPLEMENTAM ESTE FASCÍCULO

- » http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/programaformacao_eixo04_fasciculo02_videos.zip
- » http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/programaformacao_eixo04_fasciculo02_audios.zip
- » http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/programaformacao_eixo04_fasciculo02_documentos.zip

SOBRE O AUTOR E AS AUTORAS



Luís Cláudio de Oliveira

Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, é mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas e especialista em Educação para a Gestão Ambiental pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação em Ciências Sociais e em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Formação de Professores da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, UERJ.



Roseane Ramos Silva dos Santos

Professora da Rede Estadual de Goiás, Psicóloga, Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino, Coordenadora do Fórum Permanente Educação e Diversidade Etnicorracial de Goiás, Secretária de Igualdade Racial do Sintego, Secretária de Combate ao Racismo da CUT Goiás, Conselheira do Conselho Municipal de Igualdade Racial de Goiânia (COMPIR) e Coordenadora Pedagógica do Centro de Referência Negra Lélia Gonzales.



Janira Sodré Miranda

Graduada em História pela Universidade Federal de Roraima (1995), Especialista em Educação pela PUC São Paulo (1996) e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (1999). Atualmente é professora da Coordenação de Filosofia e Ciências Humanas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e Coordenadora do Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro (Proafro) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Projeto Gráfico

Esta publicação foi elaborada em 21 x 27,5 cm, com mancha gráfica de 15 x 23 cm, fonte ITC Oficina Serif 11 pt, papel offset 90g, cor, impressão offset, encadernação colado quente.

Edição Impressa

Tiragem: 3.000 exemplares

M2 Gráfica e Editora

Agosto de 2016